

OE 2025: IMPACTO NEGATIVO NA VIDA DOS TRABALHADORES

NÃO BAIXES OS BRAÇOS!

Face a 2021, os preços médios dos bens e serviços subiram cerca de 16%; as despesas das famílias com produtos alimentares cresceram 27%, e com a habitação, electricidade, gás, água e outros combustíveis subiram 17,7%. Já a prestação média mensal com empréstimos à habitação subiu cerca de 60% em relação a Janeiro de 2022. O Orçamento do Estado não responde a estes problemas, agravando a vida dos trabalhadores e do Povo. VAMOS À LUTA!

EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

Prossegue a luta pelos direitos dos trabalhadores

O “raio-x” das situações laborais nas regiões de Angra do Heroísmo, Guarda, Horta, Madeira e Viana do Castelo feito pelos respectivos coordenadores.

PÁGINAS 2 E 3

OE 2025

MAIS DO MESMO: BAIXOS SALÁRIOS E PRECARIEDADE



As necessidades dos portugueses, nomeadamente na Saúde, Educação e Habitação, continuam a ser ignoradas, tal como a valorização de salários e pensões.

PÁGINAS 12 E 13

CARREIRAS Progressão e contagem do tempo de serviço

Parece que o objectivo de algumas autarquias é encostarem-se a argumentos intoleráveis e interpretações pífias para negarem o reconhecimento dos direitos devidos.

PÁGINAS 14 E 15



“2 DEDOS DE CONVERSA”

As dificuldades dos jovens trabalhadores

Iniciativa do STAL reúne duas dezenas de participantes, que partilharam experiências e denunciaram problemas.

PÁGINA 16



ANO COMEMORATIVO

50 anos de resistência, lutas e conquistas

Ao longo deste ano, o STAL assinala o seu 50.º aniversário com um conjunto alargado de iniciativas alusivas a esta efeméride.

ENTREVISTA



BENVINDA BORGES
ANGRA DO HEROÍSMO



JOSÉ CATALINO
GUARDA



SARA VIEIRA
HORTA



ANTÓNIO MONTEIRO
MADEIRA



LUDOVINA SOUSA
VIANA DE CASTELO

ANO "MUITO EXIGENTE", MAS "FRANCAMENTE POSITIVO"

A luta prossegue, em todo o País, em defesa dos direitos dos trabalhadores

Em 17 de Janeiro de 2024, as direcções regionais do STAL, tal como a Direcção Nacional, assumiram o actual mandato. Nesta edição, os coordenadores do STAL de Angra do Heroísmo, Guarda, Horta, Madeira e Viana do Castelo fazem um "raio x" às situações laborais nas respectivas regiões e definem as prioridades para o mandato.

Os cinco dirigentes regionais do STAL são unânimes em considerar que se tratou de um ano "muito exigente" em matéria de solicitações dos associados, mas igualmente "francamente positivo" face aos desafios esperados. Em Angra, 2024 iniciou-se com a vitória dos 29 trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural sob ameaça de despedimento, mas cuja luta determinada e o apoio do STAL levou à sua internalização na Câmara Municipal da Praia da Vitória e posterior

mobilidade para a Administração Regional. "O processo não foi fácil", recorda Benvinda Borges, frisando, no entanto, que "graças à persistência da luta, organizada pelo STAL e em conjunto com os trabalhadores, foi possível travar o despedimento colectivo, ficando assim provado que quando as lutas são justas, os objectivos são alcançáveis". Na DR da Madeira, tal como na da Guarda, este primeiro ano do actual mandato serviu para dar tempo à integração dos novos membros, bem como para

"consolidar e dar ainda mais consistência à actividade sindical na região e em todas as iniciativas de âmbito nacional", como afirma José Catalino. Na Horta, Sara Vieira destaca a conquista de "avanços importantes" e o "compromisso firme com os sócios", acrescentando que, "apesar das limitações geográficas, conseguimos estar presentes nas lutas e actuar como uma voz activa na defesa dos interesses dos trabalhadores". Já Ludovina Sousa refere as exigências decorrentes da necessi-

dade de responder às solicitações dos associados, nomeadamente "em matéria de SIADAP e as alterações que produzem efeitos neste mês, como o 'acelerador' de carreiras e as alterações de posicionamento remuneratório por força dos anos de serviço (sector operacional).

SIADAP: "PONTO CRÍTICO" PARA OS TRABALHADORES

De forma consensual, estes cinco coordenadores regionais do STAL salientam que os traba-

lhadores exigem o reconhecimento e a valorização profissional do seu trabalho e, concretamente, melhores salários e condições laborais, além de formação profissional e horários de trabalho que permitam a conciliação com a vida pessoal e familiar. "Problemas que se sentem de forma mais aguda nos sectores operários das autarquias", como explica José Catalino, que destaca, ainda, na região da Guarda, "os problemas relacionados com a segurança e saúde no trabalho e as compensações remuneratórias pelo trabalho extraordinário, seja em função do horário por turnos ou nocturnos".

Na região de Angra do Heroísmo (cuja DR, além de S. Miguel, abrange ainda as ilhas Terceira,

“

Graças à persistência da luta conjunta do STAL e dos trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural, foi possível travar o despedimento colectivo. Quando as lutas são justas, os objectivos são alcançáveis.

BENVINDA BORGES

São Jorge e Graciosa), Benvinda Borges afirma que “os trabalhadores autárquicos sentem um tratamento diferenciado, para pior, em relação aos seus colegas da Administração Pública Regional, devido ao fim das quotas e da mudança de nível remuneratório aos 6 pontos”.

Também na Horta e em Viana de Castelo, a progressão na carreira é um “ponto crítico” para os trabalhadores, segundo as respectivas coordenadoras regionais. Sara Vieira diz que os trabalhadores “sentem-se desvalorizados devido à falta de oportunidades de evolução profissionais, devido ao SIADAP”, exigindo, ainda, “uma valorização salarial que reflecta o custo de vida elevado nos Açores”.

Já Ludovina Sousa revela que, na DR de Viana de Castelo, a principal queixa tem a ver como a avaliação de desempenho: “os trabalhadores percebem que, embora seja um sistema injusto e gerador de discriminações, é a única forma de obter um pequeno ganho salarial”. A esta questão somam-se “os pedidos de apoio com acompanhamento de acidentes de trabalho e doenças profissionais, nomeadamente com a reafecção profissional, e, no caso dos trabalhadores das escolas, as relacionadas com as funções que são obrigados a desempenhar, nomeadamente os que têm que acompanhar crianças com deficiências físicas e mentais e/ou patologias graves”.

Já na região da Madeira, a principal exigência “é o Suplemento de Risco”. António Monteiro explica que, “em relação ao SPI, e no geral, a maioria das câmaras vão pagando, excepto a da Ribeira Brava, que foi alvo de uma acção judicial interposta

“

Independentemente de o sector ser público ou privado, onde o nosso âmbito e abrangência se aplicam, todos os sectores são prioritários para a nossa intervenção.

JOSÉ CATALINO

“

O nosso objectivo é ampliar a sindicalização, a presença e a representatividade em todos os sectores, sem deixar ninguém de fora.

SARA VIEIRA

“

Na CM Funchal, o STAL tem mais sindicalizados do que todos os outros sindicatos juntos! Nas outras câmaras os outros sindicatos são insignificantes.

ANTÓNIO MONTEIRO

“

Os trabalhadores percebem que, embora o SIADAP seja um sistema injusto e gerador de discriminações, é a única forma de obter um pequeno ganho salarial.

LUDOVINA SOUSA

pelo STAL devido à falta da aplicação; e na Câmara do Funchal a luta prossegue pela atribuição do SPI a mais trabalhadores, como os que fazem limpezas de casas de banho e balneários, ou os jardineiros”.

AMPLIAR A PRESENÇA E REPRESENTATIVIDADE DO SINDICATO

“Realizar mais plenários, reforçar a intervenção sindical e a proximidade dos sócios, celebrar mais protocolos, insistir nos cadernos reivindicativos e exigir melhores condições de trabalho”, são as acções prioritárias da DR Angra do Heroísmo para 2025, assinaladas por Benvinda Borges para aumentar a sindicalização e a mobilização dos trabalhadores.

Acções que, genericamente, são igualmente apontadas pelos restantes coordenadores regionais, mas, que também são unânimes em reconhecer “o desafio e as dificuldades” desta tarefa. Ludovina Sousa conta que, na região de Viana do Castelo, “há muita precariedade nas empresas e sucessão de empregadores, sobretudo nos sectores da recolha de resíduos e higiene urbana, que estão concessionados”, o que cria situações de grande fragilidade entre os trabalhadores, “que têm medo” quanto à sua situação profissional.

A estratégia para aumentar a consciencialização sindical passa também, como refere José Catalino, pela distribuição, “em todos os locais de trabalho, da informação e propaganda sindical do STAL”, pela “resposta rápida aos diversos processos, sejam simples informação ou de âmbito jurídico” e por “realçar a importância de ser sindicalizados e os benefícios que esta condição pode trazer para todos”. Argumentos corroborados por Sara Vieira, que acrescenta ainda como objectivos, da DR da Horta, “ampliar a presença e a representatividade em todos os sectores, sem deixar nenhum trabalhador de fora”.

Já António Monteiro, que orgulha-se de o STAL ter, na CM Funchal, “mais sócios que os outros sindicatos todos juntos, a prioridade para este ano “é concluir o trabalho que vamos fazendo”, dando todo o apoio aos trabalhadores, nomeadamente nos processos judiciais em curso. ■

Não basta renovar votos e desejar bom ano. É preciso lutar por ele!

Reafirmar e intensificar a luta por melhores condições de vida e de trabalho, por salários que permitam viver com dignidade; bem como por melhores Serviços Públicos e pela Paz é a maior e mais bela forma de comemarmos os 50 anos do STAL, marcados pela liberdade, lutas, resistência e conquistas!

A cada ano novo que se inicia renovam-se os votos de prosperidade, fraternidade, saúde e paz! Mas num país onde 2 milhões de portugueses – muitos deles trabalhadores – vivem abaixo do limiar da pobreza; onde 1 milhão de reformados sobrevive com pensões de miséria; onde mais de 1,5 milhões de utentes está sem médico de família; onde milhares de jovens adiam a sua emancipação porque não têm nem emprego estável, nem salário que lhes permita arrendar ou comprar habitação; e do outro lado estão 19 grupos económicos a arrecadar 32 milhões de euros de lucro por dia, que crescerá ainda mais por via dos benefícios fiscais com a descida do IRC, ou um governo disponível para pagar a um secretário-geral 16 mil euros/mês, quando o SMN é de 870 euros [870€ x 14 meses = 12.180€], não basta renovar votos e desejar bom ano. É preciso lutar por ele! É preciso valorizar os salários e as pensões; investir em recursos humanos e financeiros para reforçar o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública; garantir o direito à habitação; travar as privatizações; combater a corrupção e a especulação.

Luta que tem que partir de cada local de trabalho: câmaras e serviços municipais, juntas de Freguesia, empresas municipais ou concessionárias de serviços de águas ou resíduos, reforçando a acção reivindicativa pela resolução imediata de problemas: recuperação e valorização das carreiras e profissões; revogação do SIADAP; regulamentação dos suplementos remuneratórios, com destaque para a correcta e abrangente aplicação do SPI, a actualização dos seus valores e a incorporação do factor Risco; Subsídio de Piquete/Disponibilidade; identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido; direitos à Contratação Colectiva, às 35 horas semanais de trabalho para todos e à estabilidade do emprego. Pelo direito ao livre exercício da actividade sindical!

PELA PAZ E CONTRA A GUERRA!

Perante o soar, cada vez mais forte, dos tambores da guerra, o aumentar das tensões militares e dos conflitos, os trabalhadores não podem ficar indiferentes. No dia 18 de Janeiro lá estivemos, e estaremos sempre, todos juntos pela Paz, gritando bem alto: “É urgente pôr fim à guerra!” Porque aos que vivem da força do seu trabalho só interessa a Paz. A mobilização de todos e o envolvimento de cada um, organizados em torno do STAL, em unidade e com determinação, é o caminho para se defender e garantir mais direitos, melhores salários e condições de trabalho, defender o reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado, garantir a Paz! ■

MARIANA VOLANTE

Casa, trabalho... a mesma luta!

O problema da habitação atinge muitos trabalhadores e estudantes, as famílias em geral. Também aqui, só a união, a solidariedade e o trabalho em comunidade poderão contribuir para resolver esta situação.



Estipula o artigo 65.º da nossa Constituição que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Afirmar e exigir o direito à habitação não significa que se exija que o Governo “dê casas a toda a gente”. Este contra-argumento básico de quem critica o activismo e os movimentos pela habitação é muitas vezes utilizado para desviar a atenção do problema na sua raiz: a falta de políticas públicas concretas que concretizem este direito.

No referido artigo 65.º, os números seguintes à primeira afirmação estipulam muito especificamente o que há a fazer e – espantem-se! – em nenhum momento menciona a distribuição generalizada de casas.

Aliás, o que dizem os números seguintes deste artigo fundamental da nossa democracia – e que está em incumprimento – é precisamente que este direito deverá ser garantido por um conjunto de várias políticas públicas para que as pessoas consigam ter acesso justo a habitação. O que nos impede de ter habitação digna a preços justos e comportáveis com condições de habitabilidade confortáveis não é

haver muita procura para pouca oferta (existem muitas casas por ocupar e recuperar); não é falta de construção (há muitos prédios recém-construídos vazios, vendidos a grandes grupos económicos e ‘fundos abutres’

que usam casas como activos para especulação financeira); não é haver senhorios que arrendam, a 30 imigrantes desesperados, uma casa em péssimas condições. Esta realidade existe, é certo, mas o problema fun-

damental não são os inquilinos, são as circunstâncias em que eles actuam.

OS ÍMPETOS GANANCIOSOS DO CAPITALISMO

Quais são, então, as circunstân-

cias que impedem o cumprimento do nosso direito a ter uma casa onde morar? São as circunstâncias do mercado desregulado, selvagem, sem qualquer tipo de limites, regras ou políticas. Actualmente, em Portugal e numa boa parte do Mundo, a habitação é a área social em que melhor se vê o que acontece quando se deixa o “mercado” funcionar livremente, sem nada que ponha travão aos ímpetos gananciosos da estrutura capitalista em que vivemos: caos, injustiça, privações, ausência de respostas públicas para a população em geral, e as vulneráveis em particular.

No nosso país, há pessoas que trabalham e que, no final do dia, regressam para a rua, e não para uma casa. O problema da habitação é um problema de muitos trabalhadores e estudantes, das famílias em geral. Também aqui, só a união, a solidariedade e o trabalho em comunidade poderão resolver esta situação. Da mesma forma que lutamos e conquistamos os nossos direitos laborais nas acções de luta e greves, também para este problema teremos de vir para a rua, para os locais de decisão política, para as vizinhanças, associações e cooperativas.

O problema de base é o mesmo, e a solução também: destruir os mecanismos que nos oprimem com a força do esclarecimento, da união e da exigência de acção concreta! ■

NOVO PERFIL DE EXCLUSÃO SOCIAL: MAIS JOVENS, MULHERES E MIGRANTES

Aumenta o número de “sem-abrigo trabalhador”

Especulação imobiliária, “boom” do turismo, baixos salários e precariedade laboral “empurram” muitos para a vivência ao relento, numa tenda ou construção devoluta.

■ Está a aumentar o número de pessoas que, apesar de trabalhar, ter um rendimento mensal ou estando inseridas em forma-

ções pagas, não consegue assegurar a renda de uma casa ou sequer de um quarto, sobretudo nas regiões de Lisboa e Porto.



Este fenómeno foi identificado como um dos factores que contribuíram para a subida acentuada do número de sem-abrigos em 2023, cujo novo perfil de exclusão foge ao tradicional (as-

sociado a dependências ou situações crónicas): auferem salários baixos e têm trabalhos maioritariamente precários.

Este perfil de “sem-abrigo trabalhador” – com mais jovens, mu-

lheres e migrantes a enfrentarem esta realidade – é recente e coincide com a prolongada especulação imobiliária e o actual “boom” do turismo. Os dados mais recentes revelam um aumento preocupante do número de pessoas sem-abrigo em Portugal. Em 2023, foram identificados 13.128 casos (+23% face a 2022), mais do dobro dos registados em 2018, com a cidade de Lisboa a liderar com 3.378 pessoas sem-abrigo, enquanto a Área Metropolitana contabilizou 4.871 casos (+50% nos últimos cinco anos).

Perante este autêntico flagelo social, é urgente definir a habitação como prioridade nacional, devendo o Estado assumir, em pleno, o seu primordial papel enquanto garante do direito constitucional à habitação. ■

A maldade da Carochinha e o modo de a conjurar

A única riqueza convertida em rendimentos que, com toda a certeza, é devolvida à economia, em forma de aquisição de bens e serviços, é precisamente o rendimento do trabalho. O aumento significativo dos salários corresponde à necessidade de justiça social e de distribuição justa da riqueza gerada pelos trabalhadores.



LUÍS CORCEIRO
ADVOGADO

há por sermos adultos... o certo é que ainda nos contam histórias da Carochinha. O curioso dessa história da vida real é que o João Ratão – os que tudo comem e

não deixam nada – estão do lado de lá e pretendem enganar quem por cá trabalha, como a Carochinha.

As famílias, logo os consumidores – os trabalhadores, portanto –, figuram entre os principais agentes económicos. Contudo, gastam as palavras a incutir-nos a ideia de que só as em-

presas e os empresários seriam agentes da economia, o que é falso.

O discurso do “disco riscado” está em toda a parte: uma empresa serve para gerar o máximo lucro possível, para a seguir poder converter esse lucro em prol do desenvolvimento, logo em proveito da sociedade e do

emprego. Mais uma vez falso. Fosse assim e teríamos um retrato bem diferente de um país próspero, mas capitalista, de pleno emprego, e máxima distribuição equitativa de riqueza. Na verdade, a única riqueza convertida em rendimentos que, com toda a certeza, é devolvida à economia, em forma de aquisição de bens e serviços, sendo reintroduzida no circuito económico, é precisamente o rendimento do trabalho. Os trabalhadores, os únicos que produzem riqueza, são duplamente agentes económicos e força produtiva, agindo no seio das empresas para gerar riqueza e fora das empresas como agentes de consumo e motores de desenvolvimento.

Para essa dupla função, os trabalhadores necessitam de salários justos, que quanto mais elevados forem melhor interferem no desenvolvimento dos circuitos comerciais de bens e serviços. Mesmo pensando capitalista, só com salários elevados garantidos pelo trabalho é que certos países europeus nos idos anos de setenta e oitenta atingiram níveis de vida e de conforto social que o nosso país nunca conheceu.

Ao contrário, os lucros do patronato só são devolvidos à economia produtiva e consignados ao desenvolvimento social na exacta medida em que tais lucros possam gerar novos e mais lucros. O propósito do lucro capitalista é de novo o lucro e só o lucro, o lucro pelo lucro. Em 2024, os patrões responderam à subida do salário mínimo reduzindo os aumentos salariais dos outros trabalhadores, e em 2025 irão, provavelmente, agir do mesmo modo, a pensar no lucro.

JOÃO RATÃO ENCHE OS BOLSOS À CUSTA DA CAROCHINHA

Em Portugal, temos 19 grupos económicos que, por dia, acumulam 32 milhões de euros de lucros. Tais lucros tiram à massa do trabalho 1,33 milhões de euros por hora, que não são devolvidos nem à economia produtiva e muito menos à sociedade através dos salários aumentados. E se isso por si não fosse já escandaloso, o Estado oferece-lhes ainda, e de “mão beijada”, milhões do Orçamento do



Só aumentando o nível de vida dos trabalhadores e comprimindo os lucros dos grandes grupos económicos se conseguirá uma sociedade mais próspera, feliz e saudável.

Estado em benefícios fiscais, parcerias público-privadas, concessões, desvios do SNS para o negócio privado da saúde e quase sempre negócios ruinosos com multinacionais e especuladores de toda a espécie.

No campo do trabalho, cerca de 2,7 milhões de trabalhadores, quase metade, recebem apenas até 1000 euros brutos por mês. Trabalham, mas arriscam ou convivem com a pobreza. Também por isso temos dois milhões de pessoas em risco de pobreza. Em 2022, 70,5% dos pensionistas (por velhice e invalidez) recebiam pensões inferiores ao limiar de pobreza.

É PRECISO CONJUGAR O VERBO CONJUGAR

Conjugar significa afastar um mal eminente. Esse mal, provocado pelos discursos da Carochinha e da economia que não permitiria aumentos salariais, está a impedir o bem-estar do mundo do trabalho e o verdadeiro desenvolvimento social. É esta realidade da vida que torna imperioso e urgente o combate determinado e sem descanso pelo aumento generalizado dos salários dos trabalhadores. Só com a conquista de salários justos, aumentando o nível de vida dos trabalhadores e comprimindo os lucros dos grandes grupos económicos se conseguirá uma sociedade mais próspera, feliz e saudável. O aumento significativo dos salários corresponde à necessidade de justiça social e de distribuição justa da riqueza gerada pelos trabalhadores.

Moral da história da vida de trabalho: desengane-se a Carochinha, que não será por encontrar uma moeda de ouro que vai poder casar-se com um João Ratão. O melhor é a Carochinha esquecer o João Ratão e decidir casar-se com a luta dos trabalhadores por salários condignos e justos. ■

PROGRESSÃO EM CARREIRAS REESTRUTURADAS

Nível salarial atribuído nunca pode ser inferior ao que seria devido na anterior estrutura

Os trabalhadores devem analisar, cuidadosamente, os termos em que se operou a transição de uma para outra estrutura de carreira, exigindo o tratamento que as normas legais impõem, pelo que, havendo dúvidas, devem solicitar o imediato apoio do STAL.

São frequentes os pedidos de esclarecimento de trabalhadores que, por força da alteração da estrutura salarial das respectivas carreiras, mantêm o nível remuneratório, mas descem de posição, sendo colocados em posições intercalares, quando, no processo de transição da anterior para a nova estrutura, o seu vencimento não coincide com nenhuma das posições reais previstas para essas carreiras. Salientando algumas situações recentes, verificamos que isso sucedeu nos processos de revisão ou valorização das carreiras de fiscalização, de informática e Técnico Superior. Ora, porque o objectivo que o Governo sempre adoptou foi o de se furtar a valorizações imediatas, os diplomas alusivos à implementação das novas estruturas dessas carreiras previram, de facto, algumas posições mais favoráveis, mas impuseram o princípio da manutenção da



remuneração já vencida. Isto é, manteve-se o nível remuneratório, mas muitos trabalhadores desceram de posição, ficando intercalados entre duas posições reais, como facilmente se perceberá pelo exemplo que seguidamente iremos dar. Como o STAL tem reiteradamente denunciado, isto só sucedeu porque o Governo manteve-se fiel aos lamentáveis princípios, consagrados no art.º 104.º, da Lei 12-A/2008, impondo a

transição de regimes sem qualquer valorização salarial imediata.

GARANTIR UM MÍNIMO DE JUSTIÇA

Vejam, por exemplo, o caso de um Técnico Superior que em 2023 detinha a 3.ª posição, nível 20, da TRU, nível que manteve na transição para a nova estrutura da carreira, vigente desde 1 de Janeiro de 2024, mas que, por não ter correspondência com nenhuma

das novas posições dessa carreira, passou a ficar colocado numa posição intercalar, neste caso entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória. E tudo assim se passou por força do processo de transição imposto pelo Decreto-Lei (DL) 13/2024, de 10 de Janeiro. Ora, se persistisse a anterior estrutura, de 2023, numa futura progressão evoluiria da 3.ª posição, que já detinha, para a 4.ª (nível 24), e não apenas para a 2.ª posição (nível 21),

existente na nova estrutura. Isto é, para esse efeito não basta observar-se o impulso mínimo de 28 euros, necessário é ser-se posicionado num nível salarial nunca inferior ao que seria devido anteriormente, nos termos da anterior estrutura da carreira, pelo que, neste caso, a progressão efectuar-se à, obrigatoriamente, para a 3.ª posição da actual nova estrutura, a que corresponde o nível 26 da TRU. Este é apenas um de entre vários outros exemplos que poderíamos citar, abrangendo, nomeadamente, as carreiras de Informática, Técnico Superior e Carreira Especial de Fiscalização. O que assim afirmamos é de facto um mínimo de justiça que tem de ser garantida a trabalhadores, vítimas de uma descida de posição inqualificável, e que de facto têm indubitavelmente direito ao tratamento que exemplificámos, em estrito cumprimento das disposições de salvaguarda, estabelecidas no artigo 20.º, do DL 84-F/2022, art.º 21.º, do DL 88/2023 e art.º 10.º, do DL 13/2024. De facto, a simples leitura desses preceitos é por demais elucidativa, e não permite a adopção de qualquer procedimento redutor de direitos, em desconformidade com o que aqui esclarecemos. ■

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Segurança e Saúde no Trabalho

Esta rubrica visa esclarecer dúvidas frequentes suscitadas por trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial. Defender a melhoria das condições de trabalho e a SST é defender a Constituição, e os ideais e direitos conquistados com a Revolução de Abril.

«É possível não existirem serviços de SST?»

Não! O regime jurídico para a promoção da SST (Lei 102/2009, de 10/Set.) institui a obrigatoriedade de todos os locais de trabalho, públicos ou privados, possuírem serviços de SST. Mesmo o empregador de pequena



Deve-se substituir materiais com amianto devido ao risco para a saúde.

dimensão, até nove trabalhadores, não está isento dessa obrigatoriedade, podendo assumir ou delegar essa responsabilidade em trabalhador com formação específica. Os trabalhadores e os seus representantes têm, também, o direito de saber se existem ou não serviços de SST, em que moldes se organizam e quem é o responsável pela promoção da SST no seu local de trabalho.

«As coberturas do meu local de trabalho são antigas e contêm amianto. É obrigatória a sua substituição?»

Embora tenha sido proibida a sua comercialização em 2005, a

legislação actual não obriga, linearmente, à substituição imediata das coberturas em amianto. No entanto, obriga os empregadores a adoptarem medidas de redução de exposição ao risco que podem passar pelo encapsulamento ou substituição de coberturas. Sendo o amianto uma substância cancerígena, e não obstante a especial responsabilidade de protecção das trabalhadoras grávidas ou dos menores, o conhecimento técnico permite-nos afirmar que não existe um limite de exposição aceitável a este agente, pelo que é legítimo exigir a célere substituição de todos os materiais que contêm amianto. ■

NOS SECTORES DOS RESÍDUOS E DA ÁGUA

A luta vai endurecer, se os problemas não se resolverem

Os trabalhadores da recolha dos resíduos urbanos encerram 2024 e iniciaram o ano em greve, nomeadamente na FCC Environment Portugal (26 de Dezembro); Resinorte e câmaras municipais de Oeiras e Lisboa (dias 26 e 27).

A adesão massiva à greve na recolha de resíduos – que, na maioria dos casos, levou ao encerramento de serviços – revela o profundo descontentamento e da contínua falta de resposta concreta às exigências dos trabalhadores, sendo que as propostas apresentadas pelo STAL às administrações das empresas incluem um conjunto de medidas, como o aumento salários – por forma a recuperar o poder de compra perdido pelos trabalhadores, cujos salários sofreram uma desvalorização acentuada nos últimos anos devido à alta taxa de inflação e ao aumento do preço dos bens de primeira necessidade – e a melhoria das condições de trabalho e

o cumprimento da contratação colectiva.

Os trabalhadores do sector da recolha de resíduos e limpeza urbana estão na linha da frente na prestação de serviços fundamentais às populações, garantindo a Saúde Pública e um ambiente de qualidade.

O STAL lamenta o transtorno causado às populações, mas considera que a responsabilidade das consequências da greve é da exclusiva responsabilidade dos executivos municipais e dos conselhos de administração, que insistem em não resolver os problemas dos trabalhadores, e alguns, pasme-se, ainda tentaram passar a ideia de que os problemas estão resolvidos. O STAL reafirma existirem con-

dições económicas e financeiras para se proceder à valorização dos trabalhadores, que exigem um processo negocial sério, que promova e garanta a valorização remuneratória e profissional, e o pleno respeito pelas normas de Segurança e Saúde no Trabalho.

AdP: MELHOR DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Também os trabalhadores do Grupo Águas de Portugal realizaram uma acção de protesto pelo aumento real dos salários, a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho e o desbloqueio da negociação.

A concentração (no dia 21 de Novembro, em frente da sede da empresa, em Lisboa) juntou centenas de trabalhadores, que exigem uma mais justa distribuição dos resultados obtidos pela AdP (lucros de 102 milhões de euros em 2023, e muitos mais na última década), e para a qual contribuem com o seu empenho, dedicação e profissionalismo, apesar de confrontados com tarefas profissionais exigentes, excessiva carga horária e equipas cada vez mais reduzidas.

O STAL e a FIEQUIMETAL apresentaram propostas (algumas das quais não exigem esforço financeiro, apenas boa vontade) que valorizam os trabalhadores, ao invés das “esmolas” praticadas pela administração, que os trabalhadores rejeitam.

Perante o agravamento da crise económica e social, e a ausência de soluções para os problemas e de resposta às reivindicações dos trabalhadores, o caminho só pode ser o da intensificação da luta nos locais de trabalho, renovando o STAL o seu compromisso em manter o combate pela justa distribuição da riqueza e valorização dos trabalhadores. ■



LUTA INTRANSIGENTE DO STAL EM VÁRIAS “FRENTES”

Defender e valorizar todos os bombeiros

Os encontros inter-regionais de bombeiros das Associações Humanitárias decorrem até ao final de Fevereiro, assim como continuavam a decorrer, até ao fecho desta edição, as negociações entre o Governo e os sindicatos dos bombeiros sapadores, entre os quais o STAL.

■ Os encontros inter-regionais de bombeiros das Associações Humanitárias (AH) – que arrancaram na Guarda (23/11/24) e que irão realizar-se ainda em Samora Correia (18/01), Porto (25/01), Coimbra (08/02) e Beja (22/02) – visam mobilizar, reivindicar e lutar pelos direitos destes trabalhadores, e dão continuidade ao trabalho desenvolvido pelo STAL no sector da Protecção Civil – nomeadamente na defesa e valorização dos profissionais das AH – bem como reforçar as propostas e perspectivar o trabalho em conjunto com os trabalhadores. O STAL exige, entre outras, a valorização salarial, a regulamentação da carreira; horários de trabalho justos e legais; reconhecimento como profissão de desgaste rápido; Suplemento de Risco; Estatuto Social do Bombeiro; e condições justas de aposentação.

BOMBEIROS SAPADORES

Já as negociações entre o Governo e os sindicatos dos bombeiros sapadores – entre os quais o STAL – mantinham-se (até ao

fecho desta edição) num impasse, apesar de avanços do Executivo, ainda assim insuficientes. O Governo avançou com a criação de um suplemento único, de 20% da remuneração base e que terá um aumento faseado (10% em 2025, e 5% em 2026 e 2027), defendendo os sindicatos que os 20% sejam atingidos mais cedo; já em relação às tabelas remuneratórias, dizem que os valores apresentados pelo Governo (que aceitou manter as actuais 7 categorias na carreira especial) são ainda muito baixos e também faseados até 2027.

Para o STAL, são inegociáveis, entre outras, a transição para posição remuneratória certa, mudando para a posição seguinte sempre que essa transição seja inferior a 28€; progressão na TRU de 2 em 2 escalões, garantindo um aumento mínimo de 105,26€; tabela salarial com menos escalões; e o pagamento de todo o trabalho extraordinário além das 35 horas semanais. Para mais informações, consultar o “STAL Informa - Bombeiros Sapadores” em stal.pt. ■



Concentração de trabalhadores da AdP junto à sede da empresa...



... e piquete de greve na luta na RESINORTE.

TRABALHADORES EXIGEM “PLANO DE EMERGÊNCIA” CONTRA O EMPOBRECIMENTO

Luta convergente contra as gravosas políticas de direita

Em 25 de Outubro, a Frente Comum promoveu uma grande manifestação junto da Assembleia da República (e que arrancou no Marquês de Pombal), que contou com a participação de mais de 5000 trabalhadores, dos mais variados sectores da Administração Pública, para exigir o aumento significativo de salários e pensões, a valorização das carreiras e profissões, e o reforço dos Serviços Públicos. Esta grande acção de luta (que contou com a participação de mais de 2000 trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial) foi a resposta dos trabalhadores à (então) proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2025, que (como se confirmou) agrava os problemas há muito denunciados.

Já em 23 de Novembro, a Frente Comum organizou uma acção pública para entregar, na resi-

O ano de 2024 terminou com os trabalhadores de todos os sectores, público e privado, em luta contra a aprovação do Orçamento do Estado que, mais uma vez, os desvaloriza salarial e profissionalmente, bem como os Serviços Públicos, mas é generoso, sobretudo, para os principais grupos económicos.

dência oficial do Primeiro Ministro, os mais de 41 mil postais do “Plano de Emergência dos Trabalhadores da Administração Pública”, assinados por trabalhadores de todos os sectores. Esta iniciativa reuniu centenas de delegados, activistas e dirigentes sindicais – entre os quais do STAL – e visou chamar à atenção para o agravamento das condições de trabalho e o impacto negativo das políticas da coligação de direita nas condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública, e os da Administração Local em particular. Na sua intervenção, Sebastião Santana (coordenador da Frente Comum) diz o Executivo de



STAL com forte participação na acção de protesto marcada pela Frente Comum em Outubro...



... tal como na grande manifestação promovida pela CGTP-IN em Lisboa, em 9 Novembro.

direita “fingiu que negociou” com os sindicatos as actualizações salariais, desrespeitando os trabalhadores”, e frisou que o OE2025 “servirá certamente a muita gente, mas não serve, seguramente, a quem trabalha”.

PRIORIDADE: AUMENTO SIGNIFICATIVO DE SALÁRIOS E PENSÕES

Também a CGTP-IN organizou (nos dias 9 e 29 de Novembro) protestos públicos que reuniram milhares de trabalhadores de todos os sectores, públicos e privados, que manifestaram em Lisboa (e no Porto) o seu profundo descontentamento por verem as suas condições de vida e de trabalho agravar-se, situação que se agudiza com o OE 2025, que mantém todas as malfetorias denunciadas pelos sindicatos, designadamente o STAL. No final da concentração contra a aprovação do OE (29/11), Tiago Oliveira (secretário-geral da CGTP-IN) acusou o Governo de não estar “comprometido com os interesse do País e dos trabalhadores” ao não dar “prioridade ao aumento real e significativo dos salários e das pensões, aos direitos, à melhoria das condições de vida, à defesa dos Serviços Públicos e à garantia de um futuro melhor”.

Se dúvidas houvesse sobre as opções políticas da coligação de direita PSD/CDS, o dirigente sindical foi lapidar: “Este Orçamento destina 1,8 mil milhões de euros a apoios e benefícios fiscais para empresas; 1,5 mil milhões para Parcerias Público-Privadas; mais de 400 milhões de euros de redução do IRC das empresas; 19 mil milhões de eu-



A CGA atribui indemnizações aos sinistrados, mas suspende o seu pagamento até à data da aposentação, sendo que, nessa altura, desconta o valor da indemnização nas respectivas pensões.

ros para “Aquisição de Serviços”. Já para a actualização dos salários de todos os trabalhadores da Administração Pública, o Governo reservou... 600 milhões, ou seja, 56,58 € para cada trabalhador ou 2,15%! E subiu o Salário Mínimo Nacional em 50 €, para 870 €. Sendo que 62% dos trabalhadores têm um salário bruto inferior a 1000 €. Perante esta continuação do ataque ao já “curto” poder de compra dos trabalhadores e pensionistas/reformados e aos direitos, Tiago Oliveira avançou que “a luta vai intensificar-se – na rua e nos locais de trabalho – por melhores condições de vida e um futuro melhor”.

LUTA PELA INDEMNIZAÇÕES DE ACIDENTE OU DOENÇA PROFISSIONAL

Também o STAL e o STML promoveram (em 19 de Novembro) uma acção de protesto junto à Assembleia da República – que contou com testemunhos de trabalhadores – para reivindicar o justo pagamento das indemnizações resultante de aci-

dente ou doença profissional com até 30% de incapacidade, como vigorava até 2014, ano em que o governo da Troika-PSD/CDS alterou o então regime legal vigente, numa gritante injustiça.

O então executivo liderado por Passos Coelho/Paulo Portas alterou o regime legal de acidentes em serviço e doenças profissionais com a Lei 11/2014, de 6 de Março, que introduziu uma inqualificável e inconstitucional alteração ao art.º 41.º, n.º 1, alínea b), do DL 503/99 de 20 de Novembro.

Esta injustiça foi mantida, em 2021, pela Assembleia da República, ao não permitir acumular, com a remuneração, as indemnizações fixadas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) relativas a incapacidades permanentes parciais inferiores a 30% (que serão a esmagadora maioria dos casos), decorrentes de acidentes em serviço e doenças profissionais.

Frise-se que a CGA atribui indemnizações aos sinistrados, mas suspende o seu pagamento até à data da aposentação, sendo que, nessa altura, desconta o valor da indemnização nas respectivas pensões, em prestações mensais, o que viola o direito à justa reparação que – nos termos do art.º 59.º da Constituição – é devida aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais; bem como viola o princípio da igualdade, consagrado no art.º 13.º da Lei Fundamental, por força do tratamento injustamente desigual fixado no regime público, comparativamente com o regime privado. ■

MANIFESTAÇÃO NACIONAL PELA PAZ



Milhares de pessoas, de todo o País, gritaram pela Paz e pelo fim da guerra na grande manifestação (promovida, entre outras, pela CGTP-IN e pelo STAL) que, em 18 de Janeiro, decorreu em Lisboa (do Cais do Sodré ao Rossio), num constante apelo ao fim de todas as guerras – em Gaza, no Líbano, na Síria, no Sara Ocidental ou na Ucrânia –, à corrida aos armamentos e à imposição de sanções unilaterais, com consequências gravosas para os povos. Em comunicado, o STAL frisa que “as consequências da guerra têm efeitos devastadores para os trabalhadores e para os povos, nas vidas que se perdem, na destruição de infraestruturas, dos empregos e nos efeitos perversos dos bloqueios e sanções”, criticando “os milhões para a indústria do armamento”, nomeadamente os 220 milhões de euros que Portugal gastou com a guerra da Ucrânia, verba que “o Governo devia usar para investir no Serviço Nacional de Saúde, na Educação, na Habitação, na Segurança Social, na Justiça”. Num país em que prevalecem os baixos salários e pensões/reformas, e em que se agrava o acesso da população aos Serviços Públicos e ao direito à habitação digna.

GREVE AO TRABALHO SUPLEMENTAR POR TEMPO INDETERMINADO

O STAL renovou o pré-aviso de greve (em vigor desde 31 de Dezembro) pela reposição integral do valor dos acréscimos retributivos em vigor antes do governo PSD/CDS/Troika, e que apenas foi repostos a partir das 100 horas anuais. Esta greve, por tempo indeterminado, abrange os trabalhadores da Administração Local e Regional, e do sector empresarial, excluindo-se os das empresas de cariz municipal e outras de natureza pública ou privada, que, por aplicação de acordos colectivos de trabalho em vigor, recebam acréscimos remuneratórios por prestação de trabalho suplementar iguais ou superiores aos praticados antes do período de intervenção da troika.



O OE 2025 agrava as condições de vida e laborais dos trabalhadores da Administração Pública.



DEZ ANOS DEPOIS DA PRIVATIZAÇÃO DA EGF

Recuperar o controlo público, valorizar os trabalhadores e reforçar o Serviço Público

A privatização da empresa e a decisão de a manter – da responsabilidade dos governos do PSD/CDS e do PS, respectivamente – constituem uma opção errada e inaceitável, que compromete os interesses estratégicos do País e põe em causa um direito fundamental.

Uma década depois é possível confirmar os alertas do STAL quanto à criminosa decisão de privatização da EGF, promovida pelo governo PSD/CDS – e imposta contra a vontade dos municípios, populações e trabalhadores –,

que entregou ao Grupo Mota-Engil uma empresa estratégica a preço de saldo, gerando um monopólio privado no sector dos resíduos com graves consequências laborais, sociais e ambientais.

Com a gestão privada, o serviço

público de resíduos foi transformado num negócio, os municípios encarados como meros clientes, e o trabalho e os trabalhadores desvalorizados e convertidos numa variável de custo. Recorde-se que a Mota-Engil/SUMA começou por retirar e dis-

tribuir milhões de euros de dividendos acumulados durante a gestão pública, que eram aplicados na contenção do aumento das tarifas e para realizar investimentos e melhorar as condições de trabalho.

Entre 2015 e 2018, o Grupo EGF

TARIFAS ELEVADAS E MAU SERVIÇO CONTESTADOS...

Os municípios de Seixal, Sesimbra, Palmela e Setúbal apresentaram recentemente o manifesto «Servir as populações, defender os trabalhadores, reduzir as taxas e tarifas, reverter a privatização da AMARSUL e proteger o ambiente», denunciando que, após a privatização (que o governo do PS recusou reverter), a rentabilidade passou a ser uma prioridade para a empresa, menorizando a prestação de um serviço público essencial à qualidade de vida das populações e do ambiente, ao que acresce a falta de investimento em novas infraestruturas. Estes municípios defendem ser urgente “recolocar a empresa ao serviço das populações, da região e do seu desenvolvimento”, tendo já solicitado uma audiência com a ministra do Ambiente, para a entrega do manifesto.

... E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Várias câmaras de Coimbra e de Leiria, servidas pela ERSUC, vão solicitar ao Tribunal de Contas a fiscalização do contrato em vigor

para a gestão e tratamento de resíduos, não descartando o resgate do mesmo, que decorre até 2034. Em causa está o aumento dos custos de tratamento de resíduos urbanos (na ordem dos 160% desde 2020) e a degradação do serviço prestado. Alegam que «a ERSUC continua a enviar mais de 76% dos resíduos para aterro, o que “não acompanha em nada aquilo que é exigido pela Europa aos municípios nas metas ambientais”.

A fiscalização dos contratos de concessão é igualmente exigida em relação à Valorlis, cujas tarifas aumentaram 192,5% entre 2019 e 2023. Os municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal, Porto de Mós e Ourém apresentaram uma acção judicial para contestar a distribuição de dividendos e o resgate dos suprimentos da empresa, no valor de 1,7 milhões de euros, e exigem uma reunião com a ministra para apresentar um relatório técnico fundamentado com o detalhe dos incumprimentos legais e ambientais por parte da empresa.

(Algar, Amarsul, Ersuc, Resies-trela, Resinorte, Resulima, Sul-douro, Valnor, Valorlis, Valorminho e Valorsul) registou 56 milhões de euros de resultados positivos, dos quais distribuiu mais de 30 milhões em dividendos, com a fatia maior a ir para a Mota-Engil/SUMA. E em 2023, a EGF distribuiu mais 13 milhões de euros, valor acima dos nove milhões de lucros obtidos, descapitalizando-se assim a empresa.

Relativamente às tarifas, desde 2014 que os aumentos são tão brutais que alguns municípios avançaram com providências cautelares para os travar. A título de exemplo, na Amarsul, entre 2019 e 2024, a tarifa subiu 276%! Na ERSUC, o aumento, desde 2014, é de 234%! Exemplos a que se juntam muitos outros.

CONSEQUÊNCIAS GRAVOSAS PARA OS TRABALHADORES

Para os trabalhadores, as consequências da privatização foram e são evidentes: salários de miséria; imposição de polivalência, maior carga e ritmo de trabalho; mais precariedade; marcada disparidade e desigualdade de tratamento entre trabalhadores; ausência de reconhecimento e compensação do risco; bloqueio da negociação e da contratação colectivas, levando a que os problemas se acumulem, arrastem e agravem; ataques ao exercício da liberdade sindical, impedindo a realização de plenários, como aconteceu na ERSUC.

A privatização da EGF e a decisão de a manter – tomadas, respectivamente, pelos governos do PSD/CDS e do PS – constituem uma opção errada e inaceitável, que compromete os interesses do País e põe em causa um serviço que materializa um direito fundamental e cujas funções social, económica e ambiental são determinantes para a sociedade, pelo que a sua prestação não deve ser subordinada à maximização do lucro.

Reverter a privatização da empresa é, pois, uma tarefa urgente e uma condição essencial para levar por diante uma política de resíduos que sirva os interesses das populações, os direitos e interesses dos trabalhadores e a defesa do meio ambiente. ■

VIDA AINDA MAIS DIFÍCIL PARA MILHARES DE FAMÍLIAS EM 2025

É urgente aumentar os salários e as pensões bem acima da inflação!

No início deste novo ano, novas subidas de preços de muitos bens e serviços essenciais à população foram anunciadas. Mas o mesmo não sucedeu como os factores essenciais para melhorar as condições de vida do Povo e desenvolver o País.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
ECONOMISTA

Nos últimos anos, e em especial a partir de 2022, as famílias portuguesas viram subir muito consideravelmente as suas despesas mensais com a aquisição dos bens e serviços (alimentação, vestuário e calçado, habitação, saúde, transportes, comunicações, lazer, ensino, restaurantes e bens e serviços diversos), que compõem os orçamentos familiares, em especial as despesas com bens alimentares, energia e habitação, sem que os salários e pensões tenham sido devidamente actualizados.

Se em relação a 2021, o nível médio dos preços dos bens e serviços incluídos no Índice de Preços no Consumidor (IPC) subiu cerca de 16% (cresceu tanto nos últimos três anos como nos anteriores 14), já as despesas das famílias com produtos alimentares, e com habitação, electricidade, gás, água e outros combustíveis, subiram ainda muito

ESTRUTURA DA DESPESA TOTAL ANUAL MÉDIA POR AGREGADO (%), POR QUINTIS DE RENDIMENTO EQUIVALENTE, PORTUGAL, 2022/2023

	TOTAL	1º QUINTIL	2º QUINTIL	3º QUINTIL	4º QUINTIL	5º QUINTIL
DESPESA TOTAL ANUAL MÉDIA POR AGREGADO	100	100	100	100	100	100
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	12,9	15,8	15,1	14,6	12	9,8
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	1,6	1,8	1,7	1,6	1,8	1,2
Vestuário e calçado	1,6	1,6	1,7	1,7	1,5	1,6
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	39,3	41,4	39,8	37,6	37,6	40,1
Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	4,5	3,1	3,7	3,6	4,1	6,2
Saúde	3,8	4,1	4,6	3,9	3,8	3,4
Transportes	12,1	11,3	11	14	12,7	11,5
Informação e comunicação	3,8	4,1	4,4	4,1	3,8	3,2
Lazer, recreação desporto e cultura	3,3	2,1	2,6	2,7	3,4	4,5
Serviços de educação	1,4	0,9	0,8	1	1,5	2
Restaurantes e serviços de alojamento	8,6	7,6	8	7,8	9	9,3
Seguros e serviços financeiros	3,5	2,6	3	3,6	3,7	3,9
Cuidados pessoais, proteção social e bens diversos	3,6	3,6	3,6	3,7	4	3,1

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2022/2023.

mais, 27% e 17,7% respectivamente, sendo que a prestação média mensal com empréstimos à habitação subiu cerca de 60% em relação a Janeiro de 2022. Acresce que a estrutura do IPC (a partir da qual se calcula a inflação) é a estrutura média das despesas das famílias, variando

consideravelmente consoante o quintil em que se encontram as famílias [ver quadro]. No 1.º quintil estão as famílias mais pobres, constituídas pelos indivíduos que estão entre os 20% mais pobres, enquanto os 20% das famílias mais ricas integram o 5.º quintil.

São as famílias de mais baixos rendimentos – que gastam uma proporção maior das suas despesas com alimentação, habitação, electricidade, água, gás e outros combustíveis, e saúde – que mais subiram nos últimos anos e, como tal, a inflação por elas suportada foi certamente

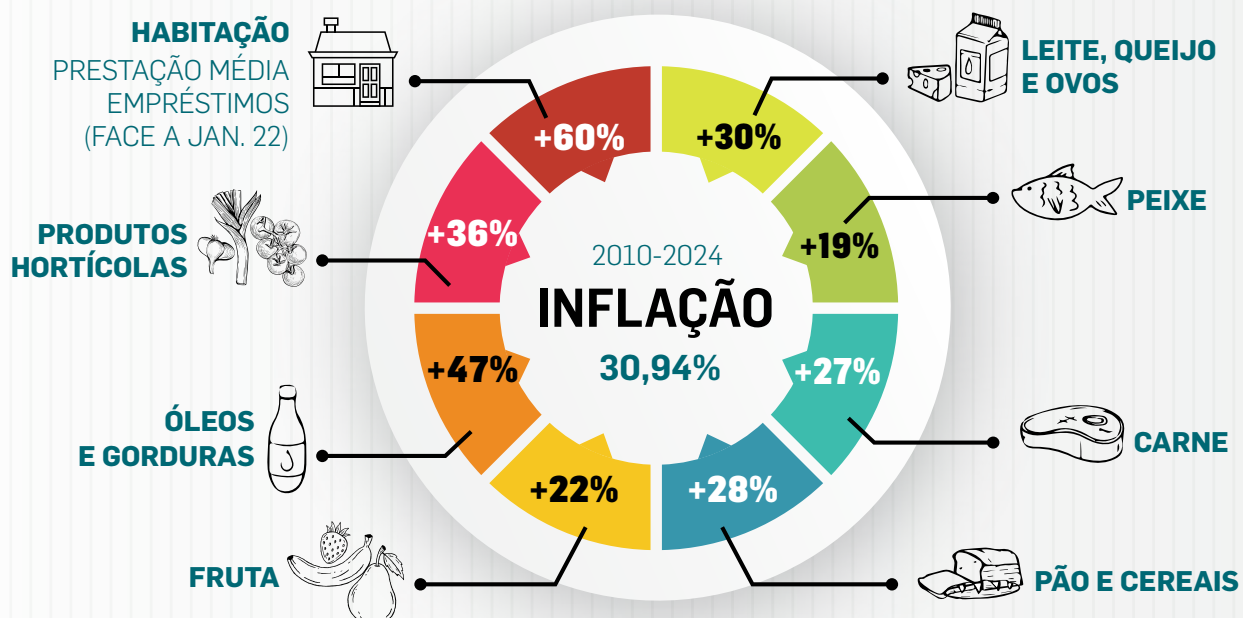
bem superior à chamada inflação média divulgada pelo INE. Tendo em conta que o preço do pão e dos cereais aumentaram 28% nos últimos três anos; a carne 27%; o leite, queijo e ovos 30%; os produtos hortícolas 36%; a fruta 22%; os óleos e gorduras 47%; e o peixe 19%; e sabendo o peso que estes bens têm no cabaz de compras destas famílias, facilmente percebemos quão difícil se tornou a vida de milhares e milhares de famílias com mais baixos rendimentos mensais.

PREÇOS SEMPRE A SUBIR! Indiferente a tudo isto, e no início deste novo ano, novas subidas de preços para muitos produtos e serviços foram anunciadas, com a mesma justificação de sempre: o aumento dos custos de produção e do Salário Mínimo Nacional.

Do pão ao leite, do café (10 a 30 cêntimos) aos ovos (5 a 10%), passando pela carne (5 a 10%), portagens (2,21%), rendas (2,16%), gás natural (6,9%), tabaco e bebidas (4%), transportes públicos (2,02%), comissões bancárias, telecomunicações e muitos outros bens e serviços, sucederam-se as subidas de preços. O mesmo não sucede como os factores essenciais para melhorar as condições de vida do Povo e desenvolver o País: aumentar os salários e pensões bem acima da inflação, controlar os preços dos principais bens e serviços integrantes do cabaz de compras das famílias trabalhadoras, valorizar as carreiras e profissões e dignificar o trabalho, regulando e reduzindo horários de trabalho, erradicando a precariedade e promovendo o pleno emprego.

Este deveria ser o sentido das medidas de política anunciadas com o início de 2025, mas e como repetidamente temos denunciado, este não é o caminho que o governo de direita PSD/CDS está a trilhar. ■

AUMENTO DOS PREÇOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS





IMPACTO DIRECTO NEGATIVO NA VIDA DOS TRABALHADORES

Orçamento continua a alimentar-se de baixos salários e da precariedade

O Orçamento do Estado, aprovado pelo PSD/CDS, com a abstenção do PS, não responde às necessidades dos portugueses, nomeadamente em áreas essenciais como a Saúde, Educação e Habitação, e não contribui para melhorar os rendimentos, não valorizando os salários e as pensões, além de insistir numa política fiscal pouco justa e equitativa.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
ECONOMISTA

Continuidade é a palavra que melhor caracteriza o Orçamento do Estado (OE) aprovado para 2025. Se há um ano, o PSD votou contra o OE para 2024, que o PS, com sua maioria absoluta, e a abstenção do PAN e do LIVRE fez aprovar, a verdade é que tendo chegado ao poder em Abril passado, nunca o PSD (agora coligado com o CDS) sentiu necessidade de o alterar. Se no final de 2023, o PSD não era nada meigo na adjectivação

IRS JOVEM: INEFICAZ E ELEVADOS CUSTOS DE DESPESA FISCAL

Sabemos que é difícil, para muitos, perceber que se possa estar contra a descida de impostos (como no IRS Jovem), sabendo-se que esta descida vem beneficiar, pelo menos aparentemente, os jovens que enfrentam dificuldades reais. Mas poucas medidas merecem tantas críticas como esta, já que, mesmo no ano mais favorável da sua aplicação (2026), passa ao lado de milhares e milhares de trabalhadores jovens que recebem o Salário Mínimo Nacional ou próximo disso. Além de ser ineficaz para a esmagadora maioria dos jovens portugueses nos objectivos que se propõe atingir, esta medida implica elevados custos sob a forma de despesa fiscal: só em 2025 vai custar perto de 800 milhões, mais do que os recursos destinados à rede de educação pré-escolar existente (e ainda incompleta) em Portugal, ou que os investimentos previstos no parque público de habitação. Uma medida idêntica foi adoptada na Suécia, em 2009, e não resultou em qualquer alteração nos salários relativos dos trabalhadores jovens... e foi abandonada em 2015. Com os recursos que assim se perdem seria possível fazer bem mais e melhor para responder às dificuldades que os jovens enfrentam, nomeadamente através da criação de uma rede pública de creches, a que a tenham acesso gratuito todas as crianças até aos 3 anos e cujos beneficiários seriam os mesmos casais jovens.

do OE para 2024, criticando-o violentamente pela sua falta de estratégia, por empobrecer a classe média, por não baixar os impostos, por ser um orçamento de aparências e pela sua visão tacanha da sociedade, a verdade é que esse mesmo orçamento tem servido bem as suas necessidades. O voto contra do PSD, afinal, poderia ter sido a favor ou abstenção, mas a necessidade de se afirmar como alternativa determinou o seu "chumbo". Um ano depois, e utilizando idênticos argumentos, é agora o PS que, apesar de criticar fortemente a proposta de OE apresenta-



da pela coligação PSD/CDS, anuncia a sua “violenta” abstenção. O PS entende que o OE2025 não serve as necessidades do nosso país e está contra, mas “estende o tapete” ao Governo de direita, mesmo que isso signifique mais um ano de enormes dificuldades para a esmagadora maioria dos portugueses, que dependem de um Serviço Nacional de Saúde cada vez mais depauperado; de uma Escola Pública com cada vez mais falta de professores e outros profissionais de educação; de uma Justiça cada vez mais lenta; que tem cada vez mais dificuldade a aceder a uma habitação digna ou tendo-a, em conseguir mantê-la; que, na sua esmagadora maioria, vive com salários e pensões baixas ou que, sendo jovens, continuam a ser empurrados para fora do País, procurando aí a realização pessoal e o reconhecimento profissional que no nosso país não consegue.

PROPOSTA DE INVESTIMENTO PÚBLICO IRREALISTA...

No OE para 2025 em que o que está em causa é a aprovação de 133,8 mil milhões de euros de despesa pública e o respectivo financiamento público através

de impostos, de vendas de bens e de empréstimos, o actual governo e o PS conseguiram que, durante meses, essa discussão se centrasse na atribuição do IRS Jovem e na descida do IRC (estima-se, respectivamente, -800 milhões de euros e -420,5 milhões de euros de redução na receita fiscal anual que resultarão da aprovação destas duas medidas).

Mesmo que estas duas propostas fossem boas para os jovens

e para a nossa economia, o que não é verdade, é de questionar-se se um orçamento desta dimensão, só por isso, seja aprovado, ignorando-se todos os muitos outros impactos negativos que a sua aprovação trará. São dezenas de artigos da proposta de Lei do OE2025 com impacto directo negativo na vida dos portugueses, e em particular dos trabalhadores da Administração Local: desde os aumentos de outros impostos indirec-

tos (nomeadamente o Imposto Sobre Produtos Petrolíferos) à atribuição de benefícios fiscais às grandes empresas, com incentivos fiscais para aumentos salariais; atribuição de prémios e concessão de seguros privados aos trabalhadores, alimentando-se, a curto prazo, a prática de baixos salários, a deterioração dos resultados da Segurança Social e o negócio da Saúde e, a longo prazo, baixas pensões de reforma; à degradação dos

Serviços Públicos e insignificantes actualizações salariais na Administração Pública que, uma vez mais, desvalorizam os seus trabalhadores e aprofundam a contínua perda de poder de compra da sua generalidade; às actualizações das pensões de centenas de milhares de pensionistas e reformados que mantêm a pensão média de velhice abaixo do limiar de pobreza; a uma proposta de investimento público insuficiente para as necessidades do País e totalmente irrealista, conhecidos os seus antecedentes nos últimos 15 anos, em que a sua execução ficou sempre muito aquém do orçamentado.

... E CALCULISMO POLÍTICO DE PSD/CDS E PS

Este é um OE de continuidade, apresentado com mais ou menos calculismo político pelo PSD/ CDS e aprovado com a abstenção do PS, e cujo investimento está fortemente dependente dos fundos comunitários, tal como nos últimos anos.

O OE2025 não responde às necessidades da esmagadora maioria dos portugueses – nomeadamente nas áreas da Saúde, da Educação e da Habitação –, nem contribui para uma melhor redistribuição do rendimento, através da valorização dos salários e das pensões, e de uma política fiscal mais justa e equitativa.

Um OE que ignora que, à boleia da descentralização de competências e nos últimos anos, muitas autarquias, em vez de ajustarem os seus quadros de pessoal às suas novas responsabilidades (nas áreas da Saúde, da Educação, da Acção Social e da Habitação) e se dotarem dos meios humanos e técnicos, têm, pelo contrário, recorrido a empresas de prestação de serviços e, desta forma, alienado a tão apregoada melhoria da qualidade dos Serviços Públicos prestados, que supostamente resultaria da sua proximidade com a população.

Um OE que se continua a alimentar da precariedade e de baixos salários na maioria da Administração Pública – e em particular na Administração Local – e da proliferação crescente de trabalhadores precários contratados por empresas que prestam serviços ao Estado e às autarquias. ■

REDUÇÃO DO IRC: GRANDES EMPRESAS MAIS BENEFICIADAS

Vejamos agora a descida do IRC em 1% em 2025 (para 20%), medida que é frequentemente apresentada como fundamental para promover o crescimento económico, como se existisse relação directa entre a descida do IRC e a subida do investimento das empresas.

Não existe estudo científico que o demonstre, e basta olhar para o nosso país: no final da década de 1980, a taxa nominal de IRC era de 36%, face aos actuais 21%; já o investimento cresceu à média anual de 4,6%, quando a taxa nominal de IRC era de 36% (de 1989 a 1997), enquanto de 2014 a 2023, em que a taxa nominal de IRC situou-se entre 23% e 21%, cresceu à média anual de 3,1%. Nada, pois, nos permite concluir que a redução de 1% no IRC será o incentivo que as empresas precisam para que o investimento e o PIB cresçam.

A redução do IRC serve, sobretudo, as grandes empresas, que nos últimos anos viram os seus lucros crescerem a um ritmo elevado: em 2023, os lucros de todas as grandes empresas não financeiras cresceram 18,4% (atingindo os 12,3 mil milhões de euros); e em 2024, e até ao final do 3.º trimestre, os 12 principais grandes grupos (dos sectores da Banca, Energia, Telecomunicações e Comércio e Serviços) atingiram cerca de 7 mil milhões de euros!

São estas as empresas que irão beneficiar com o OE2025, na quase totalidade da prevista descida anual de 420,5 milhões de euros da receita de IRC cobrado, de acordo com cálculos da Unidade Técnica de Apoio Orçamental. E são elas que irão arrecadar a quase totalidade dos 1.800 milhões de euros de benefícios fiscais atribuídos às empresas.



“ACELERADOR”: É UMA VERGONHA O QUE SE PASSA EFECTIVAMENTE!

Direito à progressão e à contagem do tempo de serviço prestado

Em anteriores números do «Jornal do STAL» temos versado a matéria respeitante a carreiras, focando, especialmente, os problemas decorrentes da destruição de direitos, operada, sobretudo, pela Lei 12-A/2008.

Mantendo-se os problemas de fundo, porque a desestruturação das carreiras e profissões persiste, como temos denunciado, neste número vamos apenas reflectir sobre algumas questões, ligadas às possibilidades de alteração de posicionamento re-

O STAL opõe-se fortemente a interpretações impeditivas da justa progressão dos trabalhadores, com uma argumentação sólida e trabalho feito e publicado sobre esta matéria. Parece que o objectivo de algumas autarquias é encostarem-se a argumentos intoleráveis e interpretações pífiyas para negarem o reconhecimento dos direitos devidos.

muneratório dos trabalhadores, tendo em conta a sua antiguidade.

Isto é, a nossa reflexão vai incidir nos constrangimentos que têm sido suscitados para efeitos de progressão, por antiguidade, dos assistentes operacionais, ao abrigo do artigo 11.º, do Decreto-Lei (DL) 84-F/2022, e da ge-

neralidade dos trabalhadores, nos termos do DL 75/2023, o chamado “Acelerador de Progressões”.

No primeiro caso, é uma vergonha o que efectivamente se passa, parecendo que o objectivo de algumas autarquias não é o de aplicar a lei, mas, pura e simplesmente, encostarem-se a ar-

gumentos intoleráveis e interpretações pífiyas, para negarem o reconhecimento dos direitos que são devidos.

Vejamos, por exemplo, que exigindo a lei determinados anos de antiguidade aos trabalhadores, com a categoria de Assistente Operacional, são frequentes as situações em que a respectiva

antiguidade apenas está a ser contada desde o ingresso na carreira, detida imediatamente antes da que actualmente está designada como “Assistente Operacional” e foi imposta pela transição operada em 2009! Isto é, se, por exemplo, um trabalhador foi reclassificado, de tractorista para condutor de veí-



culos pesados, aquelas interpretações pífiyas ignoram os anos de serviço prestados como tractorista, contando-se apenas os últimos, isto apesar de qualquer das referidas carreiras ter transitado para a agora designada Assistente Operacional, como tudo assim foi imposto pelo DL 121/2008!

RESPOSTA TACANHA

O que referimos é apenas um de muitos exemplos que poderíamos citar, em que os actuais detentores da actual categoria de Assistente Operacional estiveram anteriormente integrados em várias carreiras do grupo auxiliar e operário, sendo que todas elas passaram a integrar a que actualmente detêm, de Assistente Operacional!

Assim querem aplicar a lei diversas autarquias, pura e simplesmente porque a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) responde, nas suas "Perguntas Frequentes (FAQ's)" que assim é que é! E se assim o diz, sem se dar ao trabalho de fundamentar uma resposta tão tacanha, há quem a ela se curve reverentemente, sem sequer a discutir.

Acontece que até há autarquias que revelam um procedimento ainda mais refinado. Isto é, se, por exemplo, o trabalhador tinha uma categoria de base da carreira operária e, em determinada data, foi promovido à categoria de principal, apenas contam a antiguidade desde essa promoção! É obra!

E assim o fazem, invocando hipotéticas valorizações salariais, que consideram significativas, apesar de bem saberem que foram tão "valiosas" que esses trabalhadores, com longuíssimos anos de serviço, continuam a auferir a remuneração mínima da Administração Pú-

blica ou aproximada a esta! Esta é a interpretação mais vergonhosa que tem prejudicado estes trabalhadores, muitos deles também espoliados da contagem dos anos de serviço prestados, nomeadamente, como contratados a prazo, antes do ingresso formal nos quadros de pessoal.

A isso nos temos oposto, com a abundante argumentação jurídica e sindical que temos divulgado e continuaremos a invocar, convictos de que esse é de facto o caminho certo e assim estamos a defender os direitos dos trabalhadores, independentemente do que, em contrário,

possam dizer a DGAEP e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

DIREITO A UMA CARREIRA

A recusa da contagem dos anos de serviço, prestado em situação de precariedade, tem afectado não só os referidos assistentes operacionais, como a generalidade dos trabalhadores, neste último caso para efeitos da aplicação do referido "Acelerador de Progressões". Como sabemos, temos trabalho feito e publicado sobre esta matéria, com uma argumentação sólida que se opõe fortemente a interpretações impe-

ditivas da justa progressão dos trabalhadores.

Não nos alongando aqui, nessa matéria, focamo-nos apenas num dos principais obstáculos que têm sido invocados, como impeditivos da contagem que justamente exigimos.

A esse propósito, não podemos deixar de referir o regime de continuidade de funções que está consagrado no artigo 11.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), determinando que "o exercício de funções ao abrigo de qualquer modalidade de vínculo de emprego público, em qualquer dos órgãos ou serviços a que a presente lei é aplicável, releva como exercício de funções públicas na carreira, na categoria ou na posição remuneratória, conforme os casos".

Então o que responde a DGAEP a isto nas suas "FAQ's" e os seus reverentes apaniguados seguem, afinando pelo mesmo diapasão? Que sim, o tempo de contratação a prazo releva, sim senhor, mas apenas para efeitos de férias e aposentação ou reforma!

Pasme-se, mas é assim que eminentes intérpretes querem aplicar a lei, esquecendo a própria letra desse tão elucidativo preceito. Isso, dizem eles, porque os contratados a prazo não têm direito a uma carreira, como se fosse isso que está em causa e não é!

Não é isso que o STAL diz, que os contratados têm, enquanto tal, direito a uma carreira. O que afirmamos, com toda a convicção, é que isso é verdade, mas só enquanto contratados, porque esse tempo tem de ser forçosamente contabilizado na carreira em que foram integrados, sob o regime de continuidade de funções, sob pena de aquela norma para nada servir!

E insistimos que a letra daquele preceito nada diz, nem tem de dizer, sobre aquilo que é por demais óbvio, isto é, a sua relevância para efeitos de férias e de aposentação ou reforma.

Mas diz que esse tempo releva para efeitos de carreira e de progressão, como expressamente impõe a letra de tão relevante preceito, letra que para os "eminentes intérpretes" dessa norma é como se não existisse! ■

JUSTIÇA DEVIDA AOS TRABALHADORES

Demos aqui uma pequena amostra dos constrangimentos mais sentidos nesta matéria, contra os quais teremos de continuar a lutar, porfiadamente, clamando pela justiça que é devida aos trabalhadores.

Luta que, sendo sempre justa e necessária, mais importante se torna, se possível, nos princípios de mais um ano civil, o de 2025, em que a contagem que requeremos, acrescida de mais um ano de trabalho, o de 2024, facultará a atribuição de mais um impulso remuneratório aos trabalhadores, isto sem prejuízo das correcções que devam ser feitas relativamente a anos anteriores.

Por isso, haveremos de continuar a lutar pelo acolhimento do que justamente reclamamos porque só assim os trabalhadores verão reconhecidos os seus direitos e lhes será prestada a justiça que lhes é devida.

STAL JOVEM



“FUTURO BASTANTE DIFÍCIL”

Rafaela Rocha (32 anos), enfermeira veterinária na Câmara Municipal de Guimarães: “Vejo um futuro bastante difícil, sem apoios para comprar casa e, muito menos, para constituir família. Muitas vezes, não temos tempo para nós, para os amigos ou para a família. Muitas vezes, não temos tempo para nós, para os amigos ou para a família. Muitos jovens não têm condições para ter filhos, para criarem uma família, pois faltam salários dignos, estabilidade de emprego e horários compatíveis. As rendas são caras, é quase impossível um jovem casal conseguir pagar o empréstimo a um banco na compra de casa. É também essencial haver boas condições de trabalho para se ter estabilidade emocional; é que não basta haver bons salários se não houver saúde para o gastar...”



“É COMPLICADO ORIENTAR A VIDA”

Vidal Freitas (34 anos), canalizador na CM Vila do Porto (Ilha de S. Maria): “Ser jovem e trabalhar na Administração Local é complicado. Sou de uma ilha relativamente pequena, onde há poucos incentivos para se trabalhar na Administração Pública. Talvez seja ser do 'quadro' e o ordenado certo, que ajuda quando pedimos crédito para uma casa. Mas os salários são baixos, recebo o salário mínimo, o que dificulta tudo; carrito talvez só em 2.ª mão... Se não tivermos um 'biscate' ou se não fizermos trabalho suplementar, para ir buscar mais um dinheirinho, é complicado orientar a vida, casar, ter filhos, uma vida estável. Medidas como o IRS Jovem é 'atirar areia para os olhos'. E o SIADAP, que só nos prejudica.”



“SE CALHAR, NEM REFORMA VOU TER”

Bruno Valverde (31 anos) mecânico de pesados e de máquinas na CM Amadora: “Olhando para os meus colegas mais antigos, não vejo grandes perspectivas de futuro, embora espero melhor e faça por isso, mas não é fácil. Os salários são baixos, muito aquém do que deveriam ser e se calhar nem reforma vou ter. As condições de trabalho têm melhorado, mas o problema principal é o salário, que é pouco. Os trabalhadores da Função Pública têm de ser mais valorizados e dignificados. É preciso renovar as gerações, sem pôr os mais velhos de lado, porque são eles que têm a experiência, mas é preciso contratar mais jovens.”



“PRATICAMENTE É SOBREVIVER”

Francisco Silva (25 anos), pintor na CM Sines: “A vida está muito complicada. As carreiras estão estagnadas e as nossas profissões não são valorizadas. Assim, não haverá mais jovens a vir para a Administração Pública. Prestamos um serviço público, essencial a todos, e quanto mais formos valorizados, melhor será o serviço prestado. E isso passa por melhores salários. Pago renda e um carro, o que é muito complicado. Praticamente, é sobreviver... Com estes salários é muito difícil, quase impossível, conseguir formar e sustentar uma família, com as despesas de habitação, saúde, educação, carro... Tenho um familiar, que trabalha também na câmara, e que não me conseguiu dar melhor educação, devido aos baixos salários...”

“2 DEDOS DE CONVERSA” SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO SÓCIO-LABORAL

Jovens partilham experiências e o desejo de um futuro digno

Baixos salários, precariedade, falta de perspectivas de progressão, horários incompatíveis com a vida pessoal e familiar... Eis os principais problemas denunciados por jovens trabalhadores na iniciativa organizada pelo STAL, em 11 de Janeiro, inserida da preparação da 10.ª Conferência Nacional da Interjovem (CGTP-IN), realizada no passado dia 23

Ao longo de uma manhã de sábado, em redor de uma mesa e, depois, no almoço-convívio, os jovens trabalhadores sócios do STAL – de Norte a Sul do País, bem como dos Açores e Madeira – partilharam as suas experiências, analisaram e discutiram as políticas para a juventude (ou melhor, a falta dela) dos sucessivos governos (PS e PSD/CDS), nomeadamente o da actual coligação de direita, concordando nas poucas oportunidades para usufruírem de uma vida e de um futuro digno, problemas que juntam-se ao aumento do custo de vida, ao condicionamento do direito à habitação e

às consequências das opções de direita.

Quatro participantes partilham, com o “Jornal do STAL”, a sua visão e o que sentem sobre a sua situação actual e futura, na dupla condição de jovens e trabalhadores. Além do diagnóstico negativo, são igualmente unânimes em reconhecer a importância da sindicalização, aqui na voz de Francisco Silva: “Sou sindicalizado porque acredito que, só com o sindicato e colectivamente, conseguiremos mudar alguma coisa no local de trabalho, e mostrar que os trabalhadores são importantes, mas que precisam de melhores salários e condições de trabalho.” ■



Neste encontro discutiu-se as políticas para os jovens (ou a falta dela) dos sucessivos governos.

GREVE NA CM LISBOA COM GRANDE ADESÃO E IMPACTO MEDIÁTICO

A força da razão dos trabalhadores

A determinação e a unidade foram a resposta cabal à publicidade enganosa do executivo de Carlos Moedas que, em vez de se comprometer com medidas concretas, prefere “vitimizar-se”.



A grande adesão registada na greve dos trabalhadores da Higiene Urbana do Município de Lisboa em Dezembro – ao trabalho normal e suplementar nos dias 26 e 27, e ao extraordinário de 25 a 31 – resulta do seu sentido de missão, unidade e determinação, e da certeza das razões que lhes assistem, nomeadamente quanto ao incumprimento do acordo celebrado em 2023, em áreas como as

condições das instalações dos trabalhadores, o estado das viaturas, as “ameaças” de privatização, os “castigos” e intimidações, bem como as alterações dos locais de trabalho sem acordo prévio.

Tal como a forte cobertura mediática permitiu expor a tentativa de vitimização, as atitudes pouco democráticas e a “propaganda” do executivo camarário contra as razões desta luta. O STAL e os trabalhadores sempre

se mostraram disponíveis para negociar, tendo mesmo ocorrido várias reuniões nesse sentido, mas sem que o Município de Lisboa se tenha comprometido com qualquer contraproposta formal e concreta, o que é inaceitável!

O STAL reafirma que a luta vai continuar e que cabe ao executivo de Carlos Moedas (PSD/CDS) garantir as medidas exigidas pelos trabalhadores e que não aplicou até agora.

SERVIÇOS MÍNIMOS “MAXIMIZADOS”

Incompreensível e inaceitável foi, igualmente, a decisão do Colégio Arbitral da DGAEP que, ao impor “serviços máximos”, ou seja, cerca de 1/3 dos circuitos normais, limitou o livre exercício de um direito constitucional, indo ao encontro dos desejos da autarquia. O STAL e o STML decidiram impugnar essa decisão, mais que não seja, para que não se torne um “hábito”. ■

ACORDO INTERMÉDIO NA TRATOLIXO

O STAL e a Tratolixo assinaram um Acordo de Empresa intermédio (em 12 de Novembro), após seis anos de negociação e várias acções de luta, o qual possibilita avançar em três cláusulas pecuniárias do caderno reivindicativo, que são da máxima importância para os trabalhadores, cuja luta determinada foi decisiva para esta conquista, designadamente o aumento dos subsídios de refeição (6,41€ para 9,41€) e de turno (30%); e atribuição do SPI tal como aplicado na Administração Local. Contudo, as negociações continuam em defesa da valorização e dignificação profissional dos trabalhadores, e em garantir um acordo que salve os postos de trabalho e as condições de segurança e saúde, bem como a dignidade, igualdade e justiça que os trabalhadores exigem.



BRAGA: JARDINEIROS COM MELHORES INSTALAÇÕES

Por intervenção da DR Braga, a CM local viu-se obrigada a encontrar soluções (ainda que não as ideais) para as reivindicações dos mais de uma centena de jardineiros, que não dispunham de instalações sanitárias e para refeições minimamente adequadas. Para responder a estas exigências, a autarquia adquiriu contentores, continuando o STAL a pugnar por instalações mais adequadas e que cumpram as normas de SST. ■



MAIS DIREITOS GARANTIDOS EM VÁRIAS REGIÕES

O STAL celebrou um conjunto de ACEP com diversas autarquias, do Norte a Sul do País, que consolidam e contemplam mais direitos e melhores condições de trabalho para os trabalhadores. São os casos dos acordos assinados pela **DR Vila Real** com o Município de Chaves, em 21 de Outubro; pela **DR Porto** com a Câmara Municipal do Porto (3 Out.); pela **DR Beja** com as juntas de Freguesia de Selmes e Vidigueira (11 Dez.), a Ass. Municípios do Alentejo Central (20 Dez.) e com a União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires (6 Jan.); pela **DR Coimbra** com a CM Oliveira do Hospital (11 Dez.); bem como pela **DR Guarda** com os Serviços Intermunicipalizados da APAL (23 Dez.). ■

SETÚBAL: PROTESTO PÚBLICO EM ALMADA

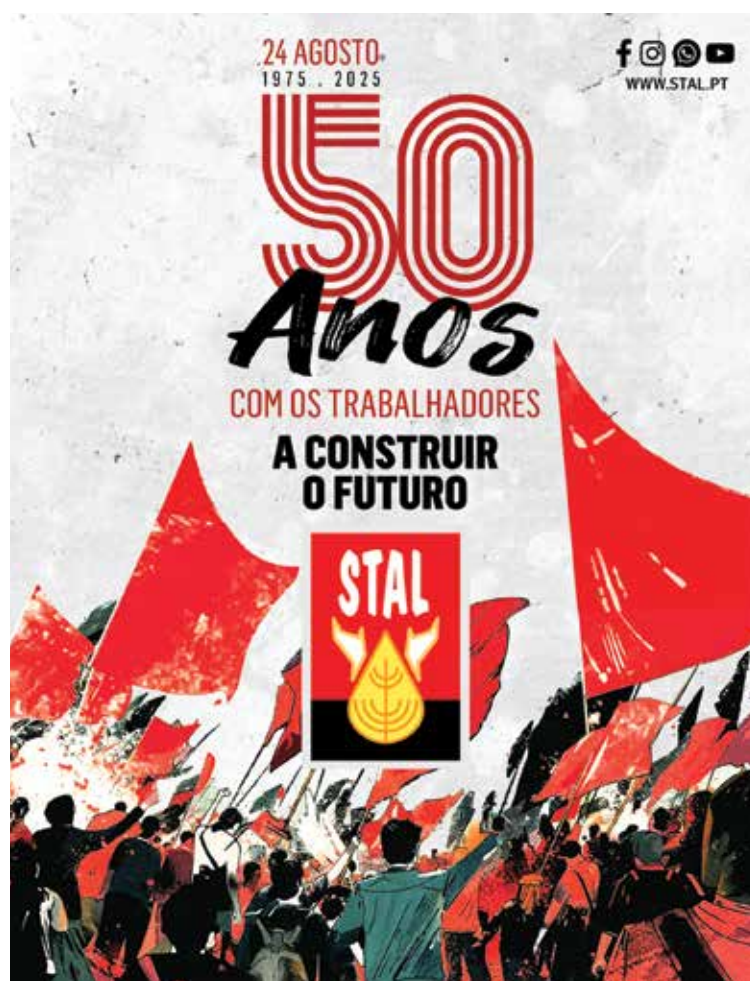
Em 6 de Dezembro, os trabalhadores da CM Almada, SMAS e WEBMOB manifestaram-se pelas ruas da cidade e concentraram-se junto aos Paços de Concelho, para exigir negociação e respostas concretas às suas reivindicações, que o executivo camarário tem ignorado. ■

2025: ANO COMEMORATIVO, MAS TAMBÉM DE LUTA

50 anos de resistência, lutas e conquistas

Os 50 anos do STAL são uma ocasião significativa para afirmar conquistas e lutas, para projectar o sindicato: mais organização, mais força, mais direitos, e para envolver o maior número de sócios e de trabalhadores. Trata-se do primeiro sindicato a constituir-se no sector da Administração Pública logo após a Revolução de Abril, e rapidamente se tornou um dos maiores sindicatos nacionais, com direcções próprias em todas as regiões do continente e ilhas. O STAL surgiu para unir os trabalhadores da Administração Local e Regional, promovendo a defesa dos seus interesses, dignificação profissional, condições de trabalho e direitos sociais. E desde a sua fundação que tem desempenhado um papel importante em negociações laborais, campanhas por melhores condições de trabalho e lutas pelo reforço dos Serviços Públicos. E é este percurso, feito de resistência, de lutas e de conquistas que será enaltecido e recordado, de forma especial, durante todo este ano, nomeadamente por meio de uma exposição comemorativa que, entre outros temas, lembra as condições de trabalho durante o quase meio século do regime fascista opressor e repressivo, que fomentou gritantes injustiças e desigualdades sociais, com sindicatos corporativos e direcções sindicais maioritariamente da confiança do governo salazarista e dos patrões, num tempo em que não existiam sindicatos livres,

Ao longo deste ano, o STAL assinala o seu 50.º aniversário com um conjunto de iniciativas alusivas à efeméride, nomeadamente uma exposição temática, com momentos marcantes da história do STAL.



o direito de reunião, não havia liberdade de expressão e os trabalhadores eram perseguidos e presos, porque eram proibidas as greves e todo o tipo de manifestação e contestação. O STAL está a recolher, no âmbito desta comemoração e para memória futura, depoimentos de trabalhadores, funcionários e dirigentes cujos caminhos sindicais e profissionais interligam-

-se ou interligaram-se com os do Sindicato.

AGENDA E CANETA

A agenda do STAL para 2025 – que se encontra em distribuição desde Dezembro – é ilustrada com algumas fotografias de momentos históricos do STAL e do próprio movimento sindical português, tendo-se procurado (sempre que possível) coin-



cidir os “separadores” dos meses com as datas em que esses eventos ocorreram, como nos casos dos “meses” de Maio (em cujo dia 20, em 2014, é publicado o primeiro ACEP sobre as 35 horas, entre o STAL e a CM de S. Roque do Pico, nos Açores); Junho (no dia 13, em 1994, realizou-se a cerimónia de assinatura da filiação na CGTP-IN), Agosto (mês em que, no dia 24, em 1975, nasceu formalmente o STAL); Outubro (no dia 24, em 1977, é criada a Frente Comum); e Novembro (em cujo dia 10, em 2015, junto à Assembleia da República, milhares de trabalhadores assinalaram a derrota da PSD/CDS e a luta contra a política de austeridade do período da troika). A par da já habitual agenda, este ano com um novo formato e totalmente a cores, foi igualmen-

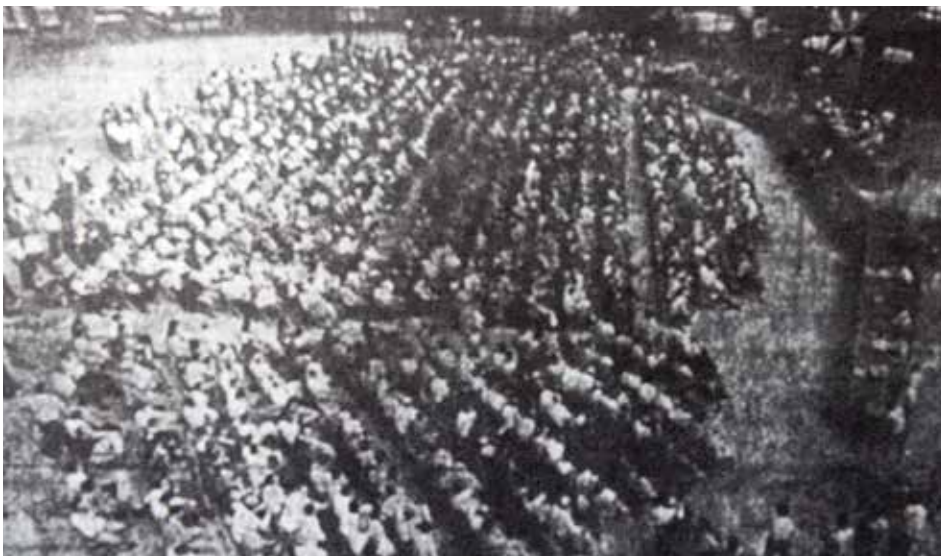
te distribuída aos nossos associados uma caneta com motivos alusivos a este meio século de existência do STAL, nomeadamente o “logo” dos 50 anos.

ACTIVIDADES PREVISTAS

O Plano de Actividades para 2025 prevê, além de, uma exposição temática sobre os 50 anos, constituída por painéis com momentos marcantes da actividade das direcções nacional e regionais do STAL, um vídeo comemorativo do Sindicato; a edição de um número especial do “Jornal do STAL” dedicado ao aniversário, a realização de debates e de um espectáculo cultural, a que se somam comemorações descentralizadas pelas regiões, com desfiles e a Caravana da Sindicalização. No ano em que assinala o seu meio século de intensa actividade reivindicativa, o STAL vai mudar a sua sede para novas instalações, também em Lisboa, e reafirma o seu firme compromisso de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Administração Local e Regional, das Empresas Municipais e Concessionárias de serviços Públicos, reafirmando, igualmente, que a Luta – com a força e a unidade dos trabalhadores – é determinante para garantir uma vida digna e inverter a degradação das condições de vida e de trabalho, bem como o reforço dos Serviços Públicos. ■

UMA FESTA QUE É TODOS. PARTICIPA!

Associa-te a este momento comemorativo enviando-nos materiais alusivos à vida e lutas deste nosso grande Sindicato, para o nosso n.º de Whatsapp (912 592 250) ou para o correio eletrónico stal@stal.pt.



A Assembleia Constituinte do STAL reuniu mais de dois mil trabalhadores e realizou-se no Palácio de Cristal, no Porto.

124 MUNICÍPIOS E 141 LOCAIS DE TRABALHO SUSPENDERAM O TRABALHO

Greve histórica de 13 dias para garantir a constituição do STAL

Os trabalhadores das autarquias realizaram uma inédita paralisação, entre 3 e 16 de Junho de 1976, que teve uma adesão massiva e um enorme impacto público. A braços com esta greve inédita no sector, o VI Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo, acabou por ceder e aprovou uma resolução que autorizava a organização de sindicatos na Função Pública.

A 24 de Agosto de 1975, e culminando um amplo movimento encetado por trabalhadores autárquicos que tomaram em mãos a árdua tarefa de erguer uma organização de classe, representativa de todos os trabalhadores do sector, realizou-se no Porto a Assembleia Constituinte daquele que é hoje um dos maiores sindicatos do País. Mas, apesar de formalmente constituído no Verão de 1975, o STAL não obteve logo uma existência legal. A pesada herança do passado fascista e as vicissitudes do processo revolucionário dificultavam o reconhecimento do Sindicato pelo Governo, e só a luta determinada dos trabalhadores o tornou possível. Com o objectivo de exigir a publicação imediata dos Estatutos do STAL, os trabalhadores das autarquias realizaram a histórica greve de 13 dias, entre 3 e 16 de Junho de 1976, paralisação que teve uma adesão massiva e um enorme impacto público: 124 câmaras municipais e um total de 141 locais de trabalho suspenderam o trabalho. Nas principais cidades do País

EMPENHO NA UNIDADE SINDICAL



Desde sempre empenhado na construção da unidade sindical na Administração Pública e em todo o Movimento Sindical, em 11 de Maio de 1994 (em Assembleia Geral), os associados do STAL aprovam, por esmagadora maioria, a filiação na CGTP-IN, concretizada em 13 de Junho de 1994.

O STAL é também um dos 25 sindicatos que constituíram a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, estrutura unitária criada em 24 de Outubro de 1977, e que integrou a maioria esmagadora dos sindicatos e duas federações do sector, designadamente a Federação Nacional dos Sindicatos da Administração Pública e a Federação Nacional dos Professores.

acumularam-se “montanhas” de lixo e, a braços com a greve inédita nas autarquias, o VI Gover-

no Provisório (liderado por Pinheiro de Azevedo) foi obrigado a ceder, aprovando uma re-

Portugal, e logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs fim aos 48 anos da feroz e sanguinária ditadura fascista, os trabalhadores lançaram-se na construção de organizações que defendessem os seus interesses, lutassem pelos seus mais elementares direitos, dignificassem a sua condição de principais obreiros e sustentáculos da sociedade.

No nosso sector, rapidamente se constituiu a Organização Pró-Sindical da Administração Pública e Local, realizando-se – logo em Maio de 1974 – plenários nacionais em Braga, Coimbra, Foz do Arelho, Leiria, Lisboa, Praia Grande, Santarém, Setúbal e Tavira.

Em 22 e 23 de Março de 1975, na Praia Grande (concelho de Sintra), discutiram-se as conclusões de um seminário realizado na Foz do Arelho. No plenário participam os recém-formados Secretariados dos Trabalhadores dos distritos de Braga, Faro, Guarda, Lisboa e Porto, que representavam, no seu conjunto, 4730 trabalhadores. Presentes estiveram ainda, na qualidade de observadores, delegados da Junta Distrital de Lisboa, em representação de 400 trabalhadores.

Em 24 de Abril de 1975, ainda como organização pró-sindical, publicámos e apresentámos aos órgãos do poder o nosso primeiro caderno reivindicativo, do qual salientamos duas reivindicações que, por se referirem a direitos hoje tão óbvios, convém lembrar que não existiam na altura e foram conquistados com a nossa luta persistente: o direito universal a férias e respectivo subsídio, e ao subsídio de Natal! ■



Em 1977, o STAL comprou a 1.ª Sede Nacional, em Santarém

solução que autorizava a organização de sindicatos na Função Pública.

Um mês depois, a 20 de Julho de 1976, são finalmente publicados os Estatutos do STAL, que ganhou assim existência legal. Iniciam-se então os preparativos para as primeiras eleições dos corpos gerentes do Sindicato, que terão lugar em 20 de Abril do ano seguinte.

Em Agosto de 1976 são abertas sedes sindicais nas regiões de Beja, Évora, Lisboa e Setúbal, sendo que a nova sede nacional já funcionava, desde Maio, em Santarém.

PRIMEIRO CADERNO REIVINDICATIVO

Num período de intensas transformações políticas e sociais em

É INDISPENSÁVEL CONHECER MELHOR A NOSSA REALIDADE

Teletrabalho: só a luta garante direitos

É preciso garantir que este novo regime traz benefícios para os trabalhadores e para os Serviços Públicos, que não agrava as clivagens entre profissões e entre homens e mulheres, assegurando-se que seja voluntário, reversível e limitado, e com total compensação pelas despesas adicionais.



A Comissão Europeia (CE) lançou uma consulta aos parceiros sociais sobre o teletrabalho, que assumiu forte expressão durante a Covid-19, como consequência das medidas de confinamento e da pressão exercida pelo patronato que, rapidamente, vislumbrou um caminho para intensificar a exploração. Passado esse tempo de má memória, marcado por numerosas ilegalidades e violações de direitos laborais e sindicais, os dados parecem confirmar que o teletrabalho veio para ficar. Em Portugal, no 2.º trimestre de 2024, mais de um milhão de pessoas trabalharam em casa e, destas, cerca de 403 mil combinaram trabalho presencial com o remoto, o número mais elevado

desde 2022 (“Público”, 7/08/24); ao passo que, nos 27 países da União Europeia, entre 2019 e 2022, a percentagem de trabalhadores em teletrabalho passou de 11,1% para 21,9% (dados da Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos – FSESP). Na sequência, 12 países, entre os quais Portugal, actualizaram o regime legal, sendo que, no nosso caso (Lei 83/2021) e como a CGTP-IN denunciou, não resolveu grande parte dos problemas fundamentais com que os trabalhadores se confrontam: isolamento, risco de individualização/privatização da relação laboral, despesas acrescidas, respeito pela privacidade, agravamento de riscos para a saúde.

RESPEITAR DIREITOS SINDICAIS...

A questão central, como a FSESP afirma na resposta à CE, é garantir que este regime traz benefícios para os trabalhadores e para os Serviços Públicos e não agrava as clivagens entre profissões e entre homens e mulheres. Nesse sentido, é fundamental assegurar que o teletrabalho é voluntário, reversível e limitado, com total compensação pelas despesas adicionais. A igualdade de remuneração, as condições de trabalho, o acesso às promoções, as medidas anti-discriminatórias, a igualdade entre homens e mulheres e os direitos sindicais devem ser respeitados. Também não deve ser par-

te de uma estratégia de redução de custos. Os trabalhadores não podem ser obrigados a sair das instalações da entidade patronal. O direito de solicitar o teletrabalho deve ser com base na natureza das tarefas e não nas categorias profissionais, contribuindo para colmatar o fosso entre trabalhadores. Os empregadores devem ter a possibilidade de recusar, mas devem justificar as suas decisões com base em critérios objectivos e equitativos. As avaliações dos riscos para a saúde dos ambientes de teletrabalho devem ter em conta factores como o género, e potenciais riscos como a violência de género, a ciberviolência e psicossociais, por exemplo, longas

horas de trabalho, conexão constante, o isolamento e preocupações físicas como as lesões músculo-esqueléticas e as condições ergonómicas.

Os equipamentos devem ser inteiramente suportados pelos empregadores, que são igualmente responsáveis pelos acidentes de trabalho, e deve exigir-se o acordo de trabalhadores e empregadores para que inspectores de trabalho e sindicatos tenham acesso aos escritórios em casa.

... A PRIVACIDADE E O DIREITO A “DESLIGAR”

Os trabalhadores, quer estejam nas instalações da entidade empregadora, ou em teletrabalho, devem manter o direito à privacidade e não ser sujeitos a vigilância indevida, sendo que as conclusões da Agência Europeia para a Saúde e Segurança no Trabalho indicam que a vigilância afecta uma maior percentagem de mulheres em teletrabalho em comparação com os homens. Em relação ao direito a “desligar”, o fundamental é aplicar, e fiscalizar, o que já está previsto na legislação europeia e nacional sobre o tempo de trabalho: pausas diárias, descanso diário mínimo, tempo máximo de trabalho, para melhorar a saúde e a segurança no trabalho dos teletrabalhadores e de todos os que utilizam as tecnologias de informação e comunicação para trabalhar.

É preciso respeitar a negociação colectiva, negociar as disposições relativas ao teletrabalho, perante a abundância de regulamentos internos, assegurando que este beneficia tanto os trabalhadores como as organizações, identificando por exemplo, preventivamente, as razões que determinam o regresso ao trabalho presencial.

É necessário garantir que a implementação do teletrabalho nos Serviços Públicos tenha em conta aspectos como a segurança, as infra-estruturas, a protecção de dados, a iliteracia tecnológica e a necessidade de contacto pessoal com os utilizadores dos Serviços Públicos, garantindo o acesso em igualdade de condições. Sendo indispensável conhecer melhor a nossa realidade e os problemas, uma coisa é certa: só a luta garante os direitos dos trabalhadores em teletrabalho. ■

LINHA DO TEMPO

VICTOR NOGUEIRA

CARLOS PAREDES: O HOMEM DOS MIL DEDOS

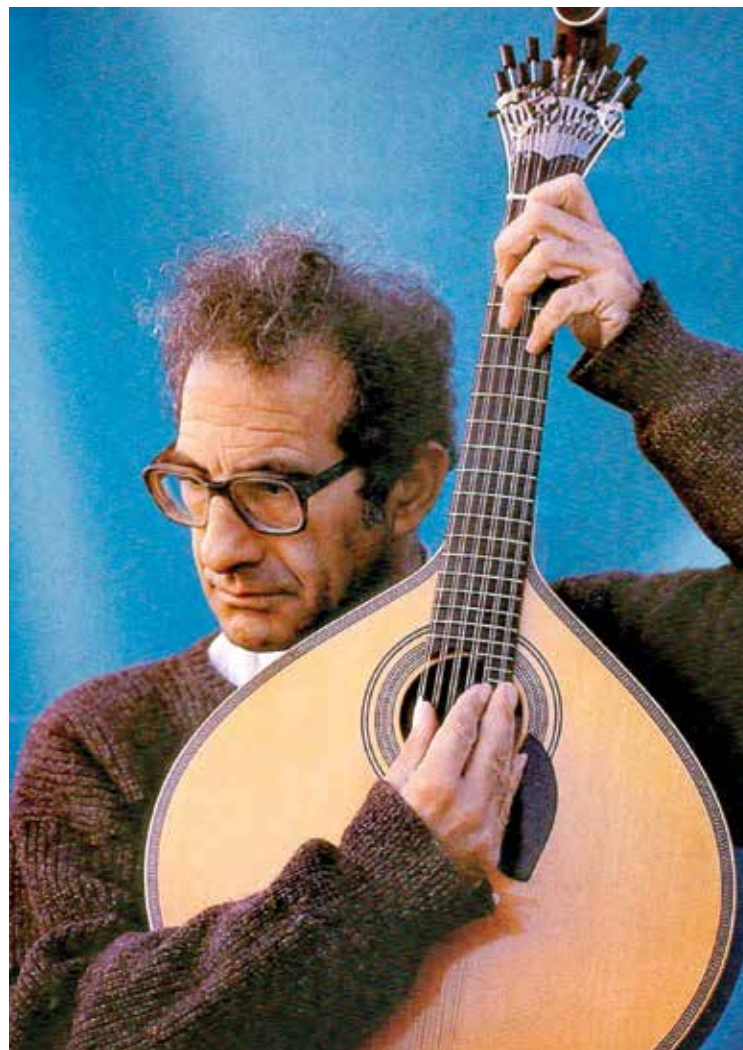
Celebra-se, este ano, o centenário do nascimento do guitarrista e compositor, que se insere numa linha familiar de notáveis intérpretes e compositores, ligados ao fado de Coimbra.



A música que faço é produto das circunstâncias imediatas do tempo em que vivo, e passará a ser encarada de outra forma quando essas circunstâncias desaparecerem

Artur Paredes foi o pai de Carlos, ambos exímios e geniais guitarristas; cada um, a seu modo, revolucionou o uso e o acompanhamento à guitarra do fado coimbrão. Mas Carlos desenvolveu novas sonoridades, extensivas a outras fontes de inspiração ou em diálogo com diferentes linguagens musicais e áreas

artísticas, como o cinema, o teatro e o bailado. Na composição e como guitarrista foi influenciado pela música popular, renovando e reinventando a guitarra portuguesa, no tempo de uma geração de novos intérpretes empenhados noutras temáticas poéticas e de contestação e luta contra o fascismo, onde sobressaíam poe-



tas como Manuel Alegre e as vozes de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Luiz Goes e António Bernardino.

Carlos Paredes foi um artista comprometido com o seu povo, com quem nunca deixou de estar antes e depois de 1974, percorrendo Portugal de lés-a-lés. Este compromisso levou à sua adesão e militância no PCP, desde 1958, facto que originou a sua prisão nas cadeias fascistas e à subsequente expulsão da Função Pública, na qual foi reintegrado depois da Revolução de Abril. Em 2003, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira homenageou-o com a criação do Prémio Carlos Paredes

Falecido em 2004, vítima duma doença incapacitante, Carlos Paredes ficou conhecido como “o homem dos mil dedos”. No ano do centenário do seu nascimento será objecto de várias homenagens, em que se destacam as promovidas pelo Governo e as do seu partido, o PCP. ■

<https://observador.pt/especiais/adriano-correia-de-oliveira-e-carlos-paredes-em-1971-o-perpetuo-e-dramatico-movimento-de-uma-musica-popular-transformadora/>
<https://fonoteca.cm-porto.pt/artigos/arturn-o-primeiro-paredes-20210513/>
<https://www.museudofado-pt.translate.goog/fado/personalidade/carlos-paredes>
<https://viriatoetes.com/dispersos/colaboracoes/153-o-mundo-segundo-carlos-paredes.html>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Paredes
 Carlos Paredes no Teatro São Luiz em Lisboa, 1992 - guitarra portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=vpZCh9iGo-l&t=2428s>
 Carlos Paredes - Guitarra Portuguesa (1967)
https://www.youtube.com/watch?v=b_ialtjC72M

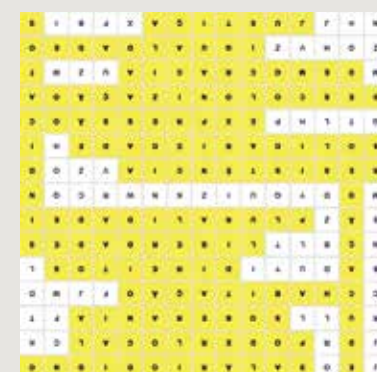
J	E	O	S	A	L	Á	R	I	O	D	I	G	N	O
J	D	R	P	O	D	E	R	L	O	C	A	L	C	K
R	U	L	L	S	O	B	E	R	A	N	I	A	F	T
C	C	H	A	B	I	T	A	Ç	Ã	O	F	J	M	D
B	A	D	U	Y	I	D	I	R	E	I	T	O	S	L
N	Ç	B	L	T	L	I	B	E	R	D	A	D	E	S
S	Ã	Z	P	L	U	R	A	L	I	D	A	D	E	I
M	O	D	Y	Q	U	I	Z	K	N	W	R	C	Q	N
R	E	S	I	S	T	Ê	N	C	I	A	V	Z	O	D
S	O	L	I	D	A	R	I	E	D	A	D	E	H	I
G	T	L	H	P	E	X	P	R	E	S	S	Ã	O	C
D	E	S	C	O	L	O	N	I	Z	A	Ç	Ã	O	A
M	D	E	M	O	C	R	A	C	I	A	U	Z	W	T
Z	G	H	V	Z	I	G	U	A	L	D	A	D	E	O
N	H	J	J	U	S	T	I	Ç	A	X	F	B	I	S

SOPA DE LETRAS

CONQUISTAS DE ABRIL

Democracia
Direitos
Expressão
Igualdade
Liberdade
Poderlocal
Saláriodigno
Soberania
Descolonização
Educação
Habitação
Justiça

Pluralidade
Resistência
Sindicatos
Solidariedade



As palavras podem estar escondidas horizontalmente ou verticalmente.



NÃO ME PEÇAM RAZÕES...

Não me Peçam Razões...
 Não me peçam razões, que não as tenho,
 Ou darei quantas queiram: bem sabemos
 Que razões são palavras, todas nascem
 Da mansa hipocrisia que aprendemos.
 Não me peçam razões por que se entenda
 A força de maré que me enche o peito,
 Este estar mal no mundo e nesta lei:
 Não fiz a lei e o mundo não aceito.
 Não me peçam razões, ou que as desculpe,
 Deste modo de amar e destruir:
 Quando a noite é de mais é que amanhece
 A cor de Primavera que há-de vir.

POEMA À BOCA FECHADA

Não direi:
 Que o silêncio me sufoca e me amordaça.
 Calado estou, calado estarei,
 Pois que a língua que falo é doutra raça.
 Palavras consumidas se acumulam,
 Se represam, cisterna de águas mortas,
 Ácidas mágoas em limos transformadas,
 Vasa de fundo em que há raízes tortas.
 Não direi:
 Que nem sequer o esforço de as dizer merecem,
 Palavras que não digam quanto sei
 Neste retiro em que me não conhecem.

Nem só todos se arrastam, nem só lamas,
 Nem só animais, bóiam, mortos, medos,
 Túrgidos frutos em cachos se entrelaçam
 No negro poço de onde sobem dedos.

Só direi,
 Crispadamente recolhido e mudo,
 Que quem se cala quanto me calei
 Não poderá morrer sem dizer tudo.

SARAMAGO

NO CORAÇÃO, TALVEZ

No coração, talvez, ou diga antes:
 Uma ferida rasgada de navalha,
 Por onde vai a vida, tão mal gasta.
 Na total consciência nos retalha.
 O desejar, o querer, o não bastar,
 Enganada procura da razão
 Que o acaso de sermos justifique,
 Eis o que dói, talvez no coração.

FALA DO VELHO DO RESTELO AO ASTRONAUTA

Aqui, na Terra, a fome continua,
 A miséria, o luto, e outra vez a fome.

Acendemos cigarros em fogos de napalme
 E dizemos amor sem saber o que seja.
 Mas fizemos de ti a prova da riqueza,
 E também da pobreza, e da fome outra vez.
 E pusemos em ti sei lá bem que desejo
 De mais alto que nós, e melhor e mais puro.

No jornal, de olhos tensos, soletramos
 As vertigens do espaço e maravilhas:
 Oceanos salgados que circundam
 Ilhas mortas de sede, onde não chove.

Mas o mundo, astronauta, é boa mesa
 Onde come, brincando, só a fome,
 Só a fome, astronauta, só a fome,
 E são brinquedos as bombas de napalme.

BIOGRAFIA

José de Sousa Saramago nasceu na Azinhaga do Ribatejo, em 16 de Novembro de 1922, e faleceu na Ilha de Lanzarote (Espanha), a 18 de Junho de 2010. Autor de mais de 40 títulos, publicou o seu primeiro livro, «Terra do Pecado», em 1947, tendo escrito depois «Clarabóia», concluído em 1953, mas só publicado em 2011, após a sua morte. Em 1976, instalou-se no Lavre, para documentar o projecto sobre os camponeses sem terra. Daqui nasceria o seu romance «Levantado do Chão» (1980). Dos seus muitos títulos, destaco «Provavelmente Alegria» (poesia, 1970), «Manual de Pintura e Caligrafia» (1977), «Memorial do Convento» (1982), «O Ano da Morte de Ricardo Reis» (1984), «Os Poemas Possíveis» (poesia, 1966), «Jangada de Pedra» (1986), «O Evangelho Segundo Jesus Cristo» (1991) – que originou a sua ida para Lanzarote –, «Ensaio Sobre a Cegueira» (1995) e «As Intermittências da Morte» (2005). José Saramago recebeu o Prémio Camões, em 1995, e o Prémio Nobel de Literatura, em 1998. Em 2007 foi criada a Fundação José Saramago, instalada na Casa dos Bicos (Lisboa) e que é presidida pela sua viúva, Pilar del Rio. Falecido em 2010, as suas cinzas encontram-se distribuídas entre a Azinhaga natal, a oliveira que se encontra em frente à Fundação e a sua casa em Lanzarote.

CONHECER

ANTÓNIO MARQUES

SERRA DA ESTRELA

ONDE A TERRA ALCANÇA O CÉU

De branco vestida ou nua como a deusa Natureza ofertou o País, é sempre bela e inebriante. Situada entre o alcantilado rio Douro e o rio Tejo, que espreeita a planície, a montanha gigante corre perpendicular à linha de fronteira.

A Serra da Estrela possui uma particularidade de sublinhar: é tão atractiva de Verão como de Inverno, mas, nesta altura do ano, quem se aventura, estrada acima, até ao alto da Torre colhe o deslumbre que a vista alcança em todo o seu esplendor, nomeadamente quando a neve tomba, em modos suaves, cobrindo as encostas com o seu manto branco, parecendo que o Mundo se vestiu para uma cerimónia do paraíso.

A Serra da Estrela possui uma força tal que os que buscam um destino diferente encontram, espalhados pelos montes, todos os ingredientes necessários para passar um bom fim-de-semana, ou mesmo mais uns dias, a brincar com as bolas de neve ou, no caso do atrevimento o permitir, calçar os skis e dar largas à diversão, encosta abaixo.

Além da neve, os seus bosques, mais que centenários, e as suas aldeias velhinhas, ocupadas por gente resiliente e muito acolhedora, são outros dos “segredos” a descobrir.

A Torre é o destino mais conhecido, por ser o local com maior altitude de Portugal continental. Trata-se de um sítio de excelência para os amantes das actividades desportivas e lúdicas ao ar livre, seja no Inverno (com a neve) ou no Verão (com caminhadas e passeios), época em que, num dia sem nuvens e para quem tem “olhos de lince”, é possível alcançar o mar da Figueira da Foz, lá bem a Oeste...

É DE COMER E CHORAR POR MAIS...

Serpenteando a estrada da Beira, que sai de Coimbra, ou subindo o antigo IP5 ou o IP3 (estradas mais rápidas rumo a Gouveia), ou ainda a partir de Nelas, alcançando Seia, o espectáculo do cenário montanhoso impressiona.



Lugares e gentes que cantam ao som dos adufes, como em Monsanto, penhasco que abraçou, entre muitos outros, o Zeca Afonso de boa memória e o escritor Fernando Namora, médico dos mais pobres.

Esta terra chã foi “musa” também de Aquilino Ribeiro, Eduardo Lourenço, Eugénio de Andrade, José Cardoso Pires e Miguel Torga, entre dezenas de outros

vultos da cultura que se inspiraram nas suas brenhas, covões, cântaros e poios.

Não importa a época do ano a considerar, pois todos os dias de Sol aberto são fantásticos para nos aventurarmos por essa serra além. Tal como para descobrir cheiros e sabores. De queijos e vinhos, de cabrito assado, leite-creme queimado, rojões serranos, requeijão com doce de

abóbora, arroz de carqueja e feijocas à pastor, caldo de couves de desfolhar... É gente danada, esta da Serra da Estrela. É de comer e chorar por mais!

MUITOS METROS A PRECEITO

Subamos então à Torre, 1993 metros de altitude, medidos a preceito, e esqueçamos o mal que os homens fizeram ao Sa-

bugueiro, aldeia serrana virada do avesso, sobretudo junto à estrada.

Aí vamos nós gozar a montanha, percorrer a nave de Santo António, onde a “moreia” do último Glaciar nos mostra a cauda. Já agora, um olhar pelas Penhas, e já se vê Manteigas, quieta no fundo do Vale do Zêzere. Os glaciares da Estrela, que datam do quaternário, eram sete e o maior media 15 quilómetros, terminando no sítio onde hoje surge o pitoresco lugar de Manteigas, e na Várzea do Castro, pelos 600 metros de altitude. Lá ficaram os últimos blocos erráticos, grandes massas de granito arrastadas pelo gelo, mas este cenário só foi contemplado pelos nossos antepassados primitivos, contemporâneos das cavernas de Atapuerca.

Na outra encosta nasce o rio Mondego e, mais ao lado, junto ao Vale do Rossim, o Alva, afluente do primeiro e que ganha vida na encosta norte, por alturas do Perdigueiro, percorrendo um caminho sinuoso entre as encostas das serras da Estrela e do Açor.

O visitante nada tem a temer da montanha, desde que não se exponha em demasia. Belos passeios pedestres o esperam, rodeado pelo ar puro e a paisagem de urze, sendo o silêncio a entrecortado, aqui e ali, pelo barulho dos chocalhos, que anunciam os rebanhos...

O pastor, essa figura lendária da serra, vestido de burel e surrobeco (manta de lã grossa, dobrada ao ombro), e de cajado vigoroso, guia as ovelhas ajudado pelos cães corpulentos. E das ervas tenras da serra se alimentam as reses que nos dão o leite, com o qual se faz o melhor queijo do Mundo, segundo os especialistas, marcado pelo seu sabor inconfundível. Mais ainda quando acompanhado com um bom tinto do Dão.

Muitos dias seriam poucos para vos contar tudo o que há para ver, cheirar e sentir nesta serra bendita. Se um dia me perder, será lá que me vão encontrar... ■

À DESCOBERTA DAS PENHAS

Existem duas visitas “obrigatórias” no Inverno: as penhas (formações rochosas características desta região montanhosa), que oferecem experiências únicas na Serra da Estrela, sendo ideais para os amantes da Natureza, da montanha e do turismo sustentável:

» **Penhas Douradas** (a cerca de 1500 metros de altitude) situa-se na estrada que liga Gouveia a Manteigas e, durante o séc. XIX, foram um destino popular para tratamentos de saúde, especialmente para doenças respiratórias, devido ao ar puro e ao clima ameno, sendo a área rica em trilhos para caminhadas;

» **Penhas da Saúde**, localizadas um pouco mais próximas da Torre, igualmente a cerca de 1500 metros de altitude. É uma das principais áreas de turismo de Inverno, com hotéis, chalés e proximidade às pistas de esqui da região. No Verão é igualmente popular para actividades ao ar livre, como caminhadas e exploração da fauna e flora.

A FECHAR

SIADAP: GOVERNO PSD/CDS MANTÉM AS INJUSTIÇAS

Um sistema de avaliação que urge revogar

As alterações introduzidas pelo governo PSD/CDS mantém a proposta do anterior, do PS, não modificando a natureza injusta deste sistema de avaliação, que continua a pautar-se por procedimentos burocráticos e discriminatórios, e mantendo-se também as quotas.

Está em distribuição um comunicado do STAL sobre as mais recentes alterações do SIADAP, sistema penalizador e repressivo da progressão dos trabalhadores da Administração Pública, que cria desigualdades salariais e profissionais, viola direitos e liberdades consignados na Lei, além de promover políticas persecutórias e de despedimento. Todos os trabalhadores Administração Local, em todos os serviços, conhecem bem o impacto profundamente negativo da aplicação deste sistema de avaliação nas suas carreiras e nas suas perspectivas de progressão, o qual não é resolvido com a al-

teração proposta pelo PS e aplicada pelo PSD/CDS, que apenas tenta “mascarar” as injustiças que ele contém.

As sucessivas políticas de desinvestimento nos Serviços Públicos e de desvalorização das carreiras profissionais – em que se insere o SIADAP –, associado aos baixos salários, têm consequências evidentes na capacidade da Administração Pública em atrair novos trabalhadores, nomeadamente mais jovens (o que compromete o seu rejuvenescimento), pelo que não é de surpreender que muitos concursos de recrutamento fiquem sem candidatos.

Os trabalhadores da Adminis-



tração Pública não precisam de “processos de revisão”. Preci-

sam é de valorização! Tal como os Serviços Públicos, cujo reforço exige políticas sérias de investimento! Só assim se fará justiça ao papel insubstituível dos trabalhadores na satisfação de necessidades de toda a população. Reiteradamente, o STAL tem defendido a revogação do SIADAP, exigindo a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, bem como o direito à progressão a cada três anos para todos os trabalhadores, e o direito à promoção.

ALTERAÇÕES EM 2025

O ciclo avaliativo passa a ser anual e os pontos necessários para progredir reduzem-se de 10 para 8, sendo que os pontos que sobram relevam para futura avaliação, a partir do ciclo avaliativo de 2023/2024.

Quanto às novas menções, a aplicar a partir do ciclo avaliativo de 2023/2024, são: “Inadequado” (1 a 1.999 = 0 pontos); “Regular” (2 a 3.499 = 1 ponto); “Bom” (3.500 a 3.999 = 1,5 pontos (30%); “Muito Bom” (4 a 5 = 2 pontos [30%]); “Excelente” (3 pontos; apenas para 10% dos “Muito Bom”).

Relativamente aos prazos de reclamação da avaliação, são de 10 dias para reclamar para a Comissão Paritária, após ter tomado conhecimento da avaliação; e outros tantos para o dirigente máximo do serviço, após homologação da avaliação. Sendo que o pedido deve ser fundamentado, anexando-se documentos que o sustentem. ■

RESUMO DA LUTA

6 JANEIRO A 8 MARÇO

Greve ao trabalho extraordinário na ERSUC e RESINORTE.

1 A 2 DE JANEIRO

Greve na CM Lisboa, e ao trabalho suplementar nos dias 30 e 31 de Dezembro.

25 A 29 DE DEZEMBRO

Greve na CM Lisboa.

26 E 27 DE DEZEMBRO

Greve de na RESINORTE e na CM Oeiras (trabalhadores em regime nocturno de RSU).

26 DE DEZEMBRO

Greve na FCC Environment Portugal.

6 DE DEZEMBRO

Greve na CM Almada, SMAS Almada e Wemob.

2 DE DEZEMBRO

Greve na RESINORTE.

21 NOVEMBRO

Manifestação de trabalhadores do Grupo AdP, em Lisboa.

22 NOV. A 5 JAN.

Greve ao trabalho suplementar na RESINORTE.

9 DE NOVEMBRO

Manifestação Nacional da CGTP-IN.

25 OUTUBRO

Manifestação da Frente Comum.

TRU 2025

Tabela Remuneratória Única 2025 em vigor
Consulta em:
www.stal.pt/salarios2025



CARTOON DE: MIGUEL SEIXAS